Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 9

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 15

Demonstração do Resultado 17

Demonstração do Fluxo de Caixa 18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 21

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 22

Demonstração do Valor Adicionado 23

Relatório da Administração 25

Notas Explicativas 35

Proposta de Orçamento de Capital 132

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 141

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 142

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 144

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 145

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 146

Motivos de Reapresentação 147

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	18/03/2010	Juros sobre Capital Próprio	16/06/2010	Ordinária		0,01608
Reunião do Conselho de Administração	30/03/2010	Dividendo	16/06/2010	Ordinária		0,01763
Reunião do Conselho de Administração	14/06/2010	Juros sobre Capital Próprio	15/09/2010	Ordinária		0,01709
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	15/12/2010	Ordinária		0,02136
Reunião do Conselho de Administração	30/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	02/03/2011	Ordinária		0,01897

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	10.611.176	9.347.278	7.957.186
1.01	Ativo Circulante	3.155.338	2.610.689	1.841.443
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.799.730	1.861.203	1.586.784
1.01.02	Aplicações Financeiras	154.050	39.132	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	154.050	39.132	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	154.050	39.132	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	111.921	82.739	42.571
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	111.921	82.739	42.571
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	89.637	627.615	212.088
1.01.08.03	Outros	89.637	627.615	212.088
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	26.584	393.165	76.955
1.01.08.03.02	Juros sobre capital próprio a receber	62.723	164.036	70.066
1.01.08.03.03	Outros créditos	330	70.414	65.067
1.02	Ativo Não Circulante	7.455.838	6.736.589	6.115.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	290.788	124.076	224.930
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.144	22.677	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.144	22.677	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	160.557	69.835	205.528
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	160.557	69.835	205.528
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	103.087	31.564	19.402
1.02.01.09.03	Depótos judiciais	90.457	18.933	19.387
1.02.01.09.04	Outros créditos	12.630	12.631	15
1.02.02	Investimentos	7.079.849	6.556.080	5.835.547
1.02.02.01	Participações Societárias	7.079.849	6.556.080	5.835.547
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	7.079.849	6.556.080	5.835.547
1.02.03	Imobilizado	27.283	938	972
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	27.283	938	972
1.02.04	Intangível	57.918	55.495	54.294
1.02.04.01	Intangíveis	57.918	55.495	54.294

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	10.611.176	9.347.278	7.957.186
2.01	Passivo Circulante	199.166	208.885	100.042
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56	40	37
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	56	40	37
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	56	40	37
2.01.02	Fornecedores	1.455	993	2.866
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.455	993	2.866
2.01.03	Obrigações Fiscais	97.505	81.645	51.563
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97.505	81.645	51.563
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97.505	81.645	51.563
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	86	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	86	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	86	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	100.064	126.207	45.576
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1	1	1
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1	1	1
2.01.05.02	Outros	100.063	126.206	45.575
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.055	126.196	45.565
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	8	10	10
2.02	Passivo Não Circulante	4.161	664	660
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.494	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.494	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.494	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	173	170	166
2.02.02.02	Outros	173	170	166
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	173	170	166
2.02.04	Provisões	494	494	494
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	494	494	494
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	494	494	494

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03	Patrimônio Líquido	10.407.849	9.137.729	7.856.484
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288	2.288
2.03.04	Reservas de Lucros	5.645.390	4.400.740	3.115.171
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	327.201	247.879
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	3.970.339	2.746.882
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	414.408	103.200	120.410
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	21.146	-4.324	0
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponivel para venda	21.146	-4.324	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	106	0	0
3.01.01	Receita bruta	159	0	0
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-53	0	0
3.03	Resultado Bruto	106	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.573.681	1.610.608	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.634	-17.205	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-101.927	-116.876	0
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimentos	0	-5.340	0
3.04.05.02	Amortização do ágio	-101.927	-111.536	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.696.242	1.744.689	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.573.787	1.610.608	0
3.06	Resultado Financeiro	199.730	195.749	0
3.06.01	Receitas Financeiras	238.311	221.810	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.581	-26.061	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.773.517	1.806.357	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.467	23.915	0
3.08.01	Corrente	0	1.238	0
3.08.02	Diferido	4.467	22.677	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.777.984	1.830.272	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.777.984	1.830.272	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,30000	0,31000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.771.882	816.949	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	176.267	169.899	0
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e Imposto de renda	1.773.517	1.806.537	0
6.01.01.02	Amortização	2.105	2.059	0
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-1.696.241	-1.744.689	0
6.01.01.04	Provisão para perdas no investimento	0	5.340	0
6.01.01.05	Amortização de ágio , líquida	101.927	107.174	0
6.01.01.06	Juros e variações monetárias líquidas	-4.458	-7.699	0
6.01.01.07	Outras receitas e despeas financeiras líquidas	-583	-1.156	0
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	0	2.333	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.595.615	647.050	0
6.01.02.01	Recebimento de dividendos	1.435.333	626.861	0
6.01.02.02	Recebimento de juros sobre capital próprio	332.078	127.870	0
6.01.02.03	Fundos vinculados	70.097	-5.184	0
6.01.02.04	Titulos e valores mobiliários	-114.919	-39.132	0
6.01.02.05	Impostos e contribuições a recuperar	-24.714	-40.168	0
6.01.02.06	Impostos e contribuições diferidos	-4.468	-22.677	0
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-71.523	454	0
6.01.02.08	Coligadas, controladas e empresas ligadas	-562	108	0
6.01.02.09	Outros ativos	282	-11.193	0
6.01.02.10	Fornecedores	462	-1.874	0
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	16	0	0
6.01.02.12	Empréstimos e financiamentos	86	0	0
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	15.861	31.141	0
6.01.02.14	Impostos e contribuições diferidos	0	22.677	0
6.01.02.15	Obrigações estimadas	0	3	0
6.01.02.16	Coligadas, controladas e controladoras	-42.412	-41.836	0
6.01.02.17	Outros passivos	-2	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-234.675	-262.933	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
6.02.01	Integralização de capital	-203.801	-257.290	0
6.02.02	No imobilizado	-26.382	-111	0
6.02.03	No intangível	-4.492	-5.532	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-598.680	-279.597	0
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital	-133.038	-196.499	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos obtidos	3.495	0	0
6.03.03	Empréstimos com partes relacionadas	-82.194	-152.026	0
6.03.04	Pagamento de dividendos	-103.200	-120.342	0
6.03.05	Pagamento de juros sobre capital próprio	-413.863	-302.195	0
6.03.06	Coligadas e controladora	130.120	491.465	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	938.527	274.419	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.861.203	1.586.784	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.799.730	1.861.203	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-430.134	0	-533.334
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-430.134	0	-430.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.777.984	25.470	1.803.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.777.984	0	1.777.984
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.470	25.470
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponivel para a venda	0	0	0	0	25.470	25.470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.347.850	-1.347.850	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	88.900	-88.900	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	844.542	-844.542	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	414.408	-414.408	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	10.407.849

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	3.115.171	0	0	7.856.484
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	3.115.171	0	0	7.856.484
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-120.410	-424.293	0	-544.703
5.04.06	Dividendos	0	0	-120.410	0	0	-120.410
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-424.293	0	-424.293
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.830.272	-4.324	1.825.948
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.830.272	0	1.830.272
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.324	-4.324
5.05.02.06	Perda sobre ativo disponivel para a venda	0	0	0	0	-4.324	-4.324
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.405.979	-1.405.979	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	79.322	-79.322	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.223.457	-1.223.457	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	103.200	-103.200	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	-4.427	-3.608	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	159	0	0
7.01.02	Outras Receitas	-4.586	-3.608	0
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-4.586	-3.608	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.486	-11.496	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.486	-11.496	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.913	-15.104	0
7.04	Retenções	-104.032	-114.057	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-104.032	-114.057	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-115.945	-129.161	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.934.550	1.966.499	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.696.243	1.744.689	0
7.06.02	Receitas Financeiras	238.307	221.810	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.818.605	1.837.338	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.818.605	1.837.338	0
7.08.01	Pessoal	6.013	3.720	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	280	3.560	0
7.08.01.02	Benefícios	19	135	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.644	25	0
7.08.01.04	Outros	70	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.983	-22.721	0
7.08.02.01	Federais	-4.415	-22.894	0
7.08.02.03	Municipais	432	173	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.591	26.067	0
7.08.03.01	Juros	38.581	26.062	0
7.08.03.02	Aluguéis	10	5	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	430.134	424.293	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	430.134	424.293	0
7.08.05	Outros	1.347.850	1.405.979	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
7.08.05.01	Dividendos adicionais	414.408	103.200	0
7.08.05.02	Lucro retido (Reserva legal)	88.900	79.322	0
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	844.542	1.223.457	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	19.590.086	17.339.946	15.627.884
1.01	Ativo Circulante	6.359.009	5.331.380	4.524.661
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.391.601	2.621.961	2.421.604
1.01.02	Aplicações Financeiras	277.076	136.489	79.002
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	277.076	136.489	79.002
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	277.076	136.489	79.002
1.01.03	Contas a Receber	1.959.762	1.965.535	1.526.051
1.01.03.01	Clientes	1.959.762	1.965.535	1.526.051
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	1.959.762	1.965.535	1.526.051
1.01.04	Estoques	16.504	13.922	13.635
1.01.06	Tributos a Recuperar	406.740	226.836	166.892
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	406.740	226.836	166.892
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	406.740	226.836	166.892
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.196	22.894	17.549
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	288.130	343.743	299.928
1.01.08.03	Outros	288.130	343.743	299.928
1.01.08.03.01	Coligadas, controladas e controladora	0	0	1.752
1.01.08.03.02	Outros créditos	288.130	343.743	298.176
1.02	Ativo Não Circulante	13.231.077	12.008.566	11.103.223
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.346.703	2.789.868	2.861.390
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	170.295	208.432	160.286
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	170.295	208.432	160.286
1.02.01.03	Contas a Receber	1.040.174	689.143	746.931
1.02.01.03.01	Clientes	1.040.174	689.143	746.931
1.02.01.06	Tributos Diferidos	333.502	400.965	464.813
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	333.502	400.965	464.813
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.802.732	1.491.328	1.489.360
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)	701.407	497.509	432.937
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	81.104	72.067	79.162

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.05	Coligadas e controladora	2.960	9.938	52.175
1.02.01.09.06	Beneficio fiscal - ágio incorporado da controladora	598.170	651.659	707.953
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	304.552	197.052	147.062
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente	2.676	676	33.259
1.02.01.09.09	Superávit atuarial	43.702	25.320	11.570
1.02.01.09.10	Outros créditos	68.161	37.107	25.242
1.02.02	Investimentos	20.493	30.254	30.670
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	20.493	30.254	30.670
1.02.02.02.01	Outros investimentos	20.493	30.254	30.670
1.02.03	Imobilizado	3.632.122	3.358.179	2.915.506
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.029.215	2.256.403	1.700.443
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.602.907	1.101.776	1.215.063
1.02.04	Intangível	6.231.759	5.830.265	5.295.657
1.02.04.01	Intangíveis	6.231.759	5.830.265	5.295.657

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	19.590.086	17.339.946	15.627.884
2.01	Passivo Circulante	2.919.551	2.290.319	1.884.380
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	69.853	77.759	71.017
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	69.853	77.759	71.017
2.01.02	Fornecedores	759.320	620.531	610.770
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	759.320	620.531	610.770
2.01.03	Obrigações Fiscais	392.093	419.171	276.071
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	392.093	419.171	276.071
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	392.093	419.171	276.071
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.154.887	737.221	530.315
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	545.324	509.432	407.816
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	494.735	412.448	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	50.589	96.984	0
2.01.04.02	Debêntures	609.563	227.789	122.499
2.01.05	Outras Obrigações	516.129	405.484	371.028
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	270	1.684
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	270	1.684
2.01.05.02	Outros	516.129	405.214	369.344
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	120.787	149.859	59.368
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	152.702	99.731	165.543
2.01.05.02.05	Obrigações de beneficios definidos pós-emprego	14.355	16.599	12.691
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	228.285	139.025	131.742
2.01.06	Provisões	27.269	30.153	25.179
2.02	Passivo Não Circulante	5.414.047	5.171.360	5.248.540
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.612.268	4.297.356	4.390.320
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.490.632	2.633.575	2.516.296
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.235.934	2.397.649	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	254.698	235.926	0
2.02.01.02	Debêntures	1.121.636	1.663.781	1.874.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02	Outras Obrigações	437.818	513.842	485.684
2.02.02.02	Outros	437.818	513.842	485.684
2.02.02.02.03	Fornecedores	12.722	8.228	4.174
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	87.845	91.902	64.251
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	11.791	28.497	32.292
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios pós-emprego	292.984	314.541	325.151
2.02.02.02.07	Coligadas, controladas e controladoras	2.091	30.051	0
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital	1.696	1.696	1.696
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	28.689	38.927	58.120
2.02.03	Tributos Diferidos	184.456	202.123	214.375
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	184.456	202.123	214.375
2.02.04	Provisões	179.505	158.039	158.161
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.256.488	9.878.267	8.494.964
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288	2.288
2.03.04	Reservas de Lucros	5.645.390	4.400.740	3.115.171
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	327.201	247.879
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	3.970.339	2.746.882
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	414.408	103.200	120.410
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	21.146	-4.324	0
2.03.08.01	Ganho/perda sobre ativo disponivel para venda	21.146	-4.324	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	848.639	740.538	638.480

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.950.036	8.229.525	0
3.01.01	Receita bruta	12.829.696	11.636.276	0
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-3.879.660	-3.406.751	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.685.363	-4.978.626	0
3.03	Resultado Bruto	3.264.673	3.250.899	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-886.103	-745.605	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-355.003	-287.786	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-428.693	-339.680	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	85	229	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-102.492	-118.368	0
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimento	0	-5.340	0
3.04.05.02	Amortização de ágio	-101.927	-111.536	0
3.04.05.03	Outras despesas	-565	-1.492	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.378.570	2.505.294	0
3.06	Resultado Financeiro	78.033	52.135	0
3.06.01	Receitas Financeiras	848.853	726.878	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-770.820	-674.743	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.456.603	2.557.429	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-392.011	-427.993	0
3.08.01	Corrente	-364.550	-351.958	0
3.08.02	Diferido	-27.461	-76.035	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.064.592	2.129.436	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.064.592	2.129.436	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.777.984	1.830.272	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	286.608	299.164	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,30000	0,31000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.718.934	2.635.634	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.523.600	3.378.556	0
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	2.456.603	2.557.429	0
6.01.01.02	Amortização	482.681	395.179	0
6.01.01.03	Provisão para perdas no investimento	0	5.340	0
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	106.296	112.080	0
6.01.01.05	Juros e variações monetárias líquidas	442.940	330.772	0
6.01.01.06	Superavit atuarial	-18.381	-13.751	0
6.01.01.07	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	3.971	1.568	0
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	15.420	20.097	0
6.01.01.09	Impostos e contribuições diferidos	6.425	-23.995	0
6.01.01.10	Provisão para plano de benefício pós emprego	-141	-222	0
6.01.01.11	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas	2.713	-3.262	0
6.01.01.12	Outras provisões	205	48	0
6.01.01.13	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.974	-1.676	0
6.01.01.14	Ajuste de avaliação patrimonial - IFRS	7.894	-1.051	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-669.624	-693.047	0
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-293.961	-314.076	0
6.01.02.02	Titulos a receber	-96.016	11.788	0
6.01.02.03	Ativos regulatórios	-312	4.451	0
6.01.02.04	Fundos vinculados	67.892	-10.026	0
6.01.02.05	Titulos e valores mobiliários	-64.215	78.714	0
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	-183.954	-107.538	0
6.01.02.07	Estoques	-2.367	-2.556	0
6.01.02.08	Impostos e contribuições diferidos	22.149	-31.449	0
6.01.02.09	Benefício fiscal - ágio incorp. controladora	18.895	20.115	0
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-108.917	-38.795	0
6.01.02.11	Serviço em curso	-1.085	0	0
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	4.365	-9.948	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
6.01.02.13	Fornecedores	120.406	53.596	0
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	-9.381	-39.668	0
6.01.02.15	Encargos de divida e swap	-34.838	-23.399	0
6.01.02.16	Empréstimos e financiamentos	95.777	47.410	0
6.01.02.17	Taxas regulamentares	50.950	-36.246	0
6.01.02.18	Entidade de previdência privada	-42.754	-21.812	0
6.01.02.19	Impostos e contribuições a recolher	-228.868	-339.931	0
6.01.02.20	Impostos e contribuições diferidos	16.610	66.323	0
6.01.03	Outros	-135.042	-49.875	0
6.01.03.01	Outros ativos	-225.790	-100.128	0
6.01.03.02	Obrigações estimadas	-281	22.351	0
6.01.03.03	Provisões para passivos	9.912	2.823	0
6.01.03.04	Outros passivos	81.117	25.079	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.522.231	-1.627.178	0
6.02.01	Integralização de capital	2.000	19.883	0
6.02.02	Em investimentos	-21.738	-397	0
6.02.03	Alienação de bens do ativo	-27	0	0
6.02.04	No imobilizado	-420.072	-555.230	0
6.02.05	Ativo indenizável (concessão)	-171.394	-141.418	0
6.02.06	No intangível	-920.493	-943.207	0
6.02.07	No diferido	9.493	-6.809	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-427.063	-808.099	0
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	1.246.357	698.195	0
6.03.02	Debêntures emitidas	80.274	0	0
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-716.037	-698.346	0
6.03.04	Pagamentos de debêntures	-408.187	-194.913	0
6.03.05	Obrigações vinculadas	7.707	3.393	0
6.03.06	Pagamento de dividendos	-408.771	-256.778	0
6.03.07	Pagamento de juros sobre capital próprio	-228.406	-359.650	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	769.640	200.357	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.621.961	2.421.604	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.391.601	2.621.961	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	740.538	9.878.267
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	740.538	9.878.267
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.200	-430.134	0	-533.334	-183.095	-716.429
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.200	0	0	-103.200	0	-103.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-430.134	0	-430.134	-183.095	-613.229
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.777.984	25.470	1.803.454	291.196	2.094.650
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.777.984	0	1.777.984	286.608	2.064.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	25.470	25.470	4.588	30.058
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponivel para venda	0	0	0	0	25.470	25.470	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.347.850	-1.347.850	0	0	0	0
5.06.04	Reseva legal	0	0	88.900	-88.900	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	844.542	-844.542	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	414.408	-414.408	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	10.407.849	848.639	11.256.488

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	3.115.171	0	0	7.856.484	638.480	8.494.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	3.115.171	0	0	7.856.484	638.480	8.494.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-120.410	-424.293	0	-544.703	-196.539	-741.242
5.04.06	Dividendos	0	0	-120.410	0	0	-120.410	0	-120.410
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-424.293	0	-424.293	-196.539	-620.832
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.830.272	-4.324	1.825.948	298.597	2.124.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.830.272	0	1.830.272	299.164	2.129.436
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.324	-4.324	-567	-4.891
5.05.02.06	Perda sobre ativo disponivel para a venda	0	0	0	0	-4.324	-4.324	-567	-4.891
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.405.979	-1.405.979	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	79.322	-79.322	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.223.457	-1.223.457	0	0	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais	0	0	103.200	-103.200	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	740.538	9.878.267

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	12.245.813	11.222.188	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.318.099	11.258.857	0
7.01.02	Outras Receitas	-17.675	-4.686	0
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-17.675	-4.686	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-54.611	-31.983	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.823.587	-5.151.939	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.414.082	-1.718.098	0
7.02.04	Outros	-3.409.505	-3.433.841	0
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-3.409.505	-3.433.841	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.422.226	6.070.249	0
7.04	Retenções	-555.222	-495.421	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-555.222	-495.421	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.867.004	5.574.828	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	777.169	663.916	0
7.06.02	Receitas Financeiras	777.169	663.916	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.644.173	6.238.744	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.644.173	6.238.744	0
7.08.01	Pessoal	333.355	305.718	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	261.648	247.080	0
7.08.01.02	Benefícios	100.727	115.002	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	45.762	39.939	0
7.08.01.04	Outros	-74.782	-96.303	0
7.08.01.04.01	Indenização trabalhista	20.878	12.040	0
7.08.01.04.02	Encerramento de ordem em curso	2.633	2.098	0
7.08.01.04.03	Transferência para ordens	-106.590	-113.322	0
7.08.01.04.04	Outros	8.297	2.881	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.846.629	3.481.700	0
7.08.02.01	Federais	1.914.421	1.707.338	0
7.08.02.02	Estaduais	1.923.354	1.762.461	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/12/2008 à 31/12/2008
7.08.02.03	Municipais	8.854	11.901	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	686.205	621.052	0
7.08.03.01	Juros	671.095	608.253	0
7.08.03.02	Aluguéis	9.561	8.967	0
7.08.03.03	Outras	5.549	3.832	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	430.134	424.293	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	430.134	424.293	0
7.08.05	Outros	1.347.850	1.405.981	0
7.08.05.01	Dividendos adicionais	414.408	103.201	0
7.08.05.02	Lucro retido (reserva legal)	88.900	79.323	0
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	844.542	1.223.457	0

Relatório da Administração

Relatório de Administração 2010

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

Submetemos para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Um ponto relevante a ser destacado é que as Demonstrações Financeiras apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecido como IFRS) e consubstanciado na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 2010. O ano de 2009 está sendo reapresentado sob as mesmas práticas contábeis para efeito de comparabilidade.

A Neoenergia se manteve em lugar de destaque no setor elétrico brasileiro em 2010, tornando-se a segunda maior geradora privada do País. No ano houve o ingresso do Grupo no setor de geração eólica por meio de parceria com a Iberdrola Renováveis, sagrando-se vencedora em leilão para a comercialização da energia de nove parques eólicos, totalizando 288 MW de potência instalada e aumentando a diversificação de fontes.

Em cogeração, aproveitando o crescimento da produção de gás natural no País, assinou contrato de compra da Energyworks, empresa que possui 93 MW em usinas operando em clientes como Brahma, Kaiser e Corn Products.

Em geração hidráulica, ingressou com 10% de participação na Norte Energia S/A, empresa constituída para construir a UHE Belo Monte, com potência instalada de 11.233 MW, e venceu o leilão para exploração e comercialização da UHE Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, onde ficará com participação de 50,1%.

No segmento de geração também vale ressaltar a entrada em operação comercial das PCH´s Sítio Grande, localizada na Bahia e Goiandira, localizada em Goiás.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R$ 1,4 bilhão de investimentos, dos quais R$ 361,0 milhões de subvenções dos governos Federal e Estaduais. Esses investimentos objetivaram, principalmente, a expansão do atendimento com realização de novas ligações, expansão da rede de distribuição e construção, ampliação e modernização de subestações, focando sempre no atendimento e na qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores. Até 2010, as distribuidoras acumularam 596 mil novas ligações dentro do Programa Luz para Todos, reafirmando o comprometimento com a inclusão social e universalização da energia elétrica.

Relatório da Administração

No segmento de distribuição também é importante mencionar a finalização da incorporação de cooperativas na área de concessão da Cosern que irá possibilitar melhor qualidade no atendimento aos clientes.

O crescimento do mercado das três distribuidoras foi de 8,1% em 2010 em relação ao ano anterior, elevando o fornecimento consolidado de energia do Grupo de 28.281 GWh para 30.563 GWh em 2010. A base de clientes das empresas aumentou 4,5% em relação ao mesmo período de 2009, passando de 8,7 milhões para 9,1 milhões de clientes, o que correspondeu a um incremento de 391.481 novos consumidores.

Parte deste acréscimo, equivalente a 75.637 ligações, correspondeu às ligações do programa de eletrificação rural Luz para Todos. Desde o lançamento do programa, em 2003, as três distribuidoras executaram 596.212 novas ligações de clientes nas áreas rurais dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A Neonergia recebeu Investment Grade (Grau de Investimento) concedido pela agência internacional de classificação de risco Standard & Poor´s, com rating “BBB-” na Escala Global e “brAAA” na Escala Nacional Brasil.

Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, as empresas do Grupo Neoenergia mantiveram o endividamento no longo prazo, utilizando recursos de bancos e agências de fomento para financiar seus planos de investimento, com o ingresso de R$ 700 milhões de CAPEX para as distribuidoras tendo como fontes o BNDES, o BNB e a FINEP.

Em relação aos nossos ativos, aumentamos o volume de nossa carteira própria de R$ 215 milhões em dezembro de 2009 para R$575 milhões em dezembro de 2010, quando sua rentabilidade acumulada ao ano alcançou 102,44 % do CDI. Nossos Fundos exclusivos encerraram o ano com um volume de R$ 2,95 bilhões e uma rentabilidade média acumulada ao ano de 100,56 % do CDI, resultando num total de caixa de R$ 3,5 bilhões.

Neste contexto, foi registrado um lucro líquido de R$ 1,8 bilhão, 2,9% inferior ao obtido em 2009 e EBITDA (a geração operacional de caixa) de R$ 3,0 bilhões, similar ao obtido no ano anterior. A receita operacional bruta alcançou R$ 12,8 bilhões e registrou incremento de 10,26% em relação a 2009. A margem bruta foi de 26,8%, 5,2 pontos percentuais inferior à obtida em 2009. A Neoenergia encerrou 2010 com R$ 5,9 bilhões de dívida.

Todas essas conquistas do Grupo se evidenciam não somente pelo resultado numérico, mas, principalmente, pela garra, responsabilidade e diferenciação de seus profissionais: pessoas que fazem da Neoenergia uma organização séria e capaz de novas conquistas.

No âmbito da responsabilidade social, destaca-se a continuidade do programa de eficiência energética nas comunidades de baixa renda que, até o final de 2010, proporcionou a doação e venda subsidiada de 124.831 geladeiras (73.600 apenas em 2010) e doação de 1.327.633 mil lâmpadas fluorescentes compactas (327.333 em 2010).

Ainda destaco que a atuação da Celpe nos municípios da Zona da Mata Sul, destruídos pelas enchentes do mês de junho, foi um exemplo de mobilização, solidariedade, competência e compromisso com a sociedade. A pronta e eficiente atuação da empresa desde o primeiro momento foi fundamental, não apenas para o rápido restabelecimento da energia, mas para a capacidade de reação das comunidades atingidas pela calamidade.

Relatório da Administração

Em relação a dividendos e juros sobre capital próprio, a Neoenergia está propondo a deliberação total de R$ 844,5 milhões. Desse total R$ 562,3 milhões já foram pagos a seus acionistas durante o ano de 2010.

São por esses resultados que a Neoenergia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração e Fiscal, colaboradores, clientes, fornecedores e governos Municipais, Estaduais e Federal.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O desempenho da economia em 2010 manteve sua trajetória de crescimento, o Produto Interno Bruto – PIB, de acordo com dados preliminares do IBGE, crescerá 7,4% em relação ao ano anterior.

A taxa inflacionária, medida pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), fechou o ano em 5,91%, resultado 1,60 ponto percentual acima da taxa de 2009 (4,31%). Este resultado foi puxado principalmente pelo aumento no preço de alimentos, commodities e alguns serviços. O IGP-M acumulado terminou o ano em 11,3%, registrando a maior variação desde 2004, quando chegou a 12,42%. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária (Copom), pressionado pela alta da inflação, adotou uma política restritiva e elevou gradualmente a taxa básica de juros (Selic) de 9,05%a.a em 2009 para 10,75%a.a em 2010.

A taxa de câmbio fechou 2010 em R$/US$ 1,67 apontando uma valorização do real frente ao dólar de 4,31% quando comparada a 2009. Os principais fatores que impulsionaram a cotação do real foram o volume de commodities exportadas e o bom desempenho brasileiro durante a crise financeira mundial.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL, em 22 de abril de 2010 e 29 de abril de 2010, publicou Resoluções Homologatórias estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela COELBA, CELPE e COSERN no período de abril de 2010 a abril de 2011. Tais tarifas foram reajustadas, em média, em 11,97%, 5,74% e 9,95%, respectivamente, com efeito médio percebido pelos consumidores foi de 7,36%, -8,7% e 7,09%.

REVISÃO TARIFÁRIA

Em 2010, a ANEEL colocou em Audiência Pública a AP 040/2010, que tratou do estabelecimento das metodologias e critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica. A Neoenergia apresentou suas contribuições especificas para as metodologias postas em audiência que englobaram os temas de perdas, custos operacionais, base de remuneração, reposicionamento tarifário, custo médio de capital, outras receitas e fator X.

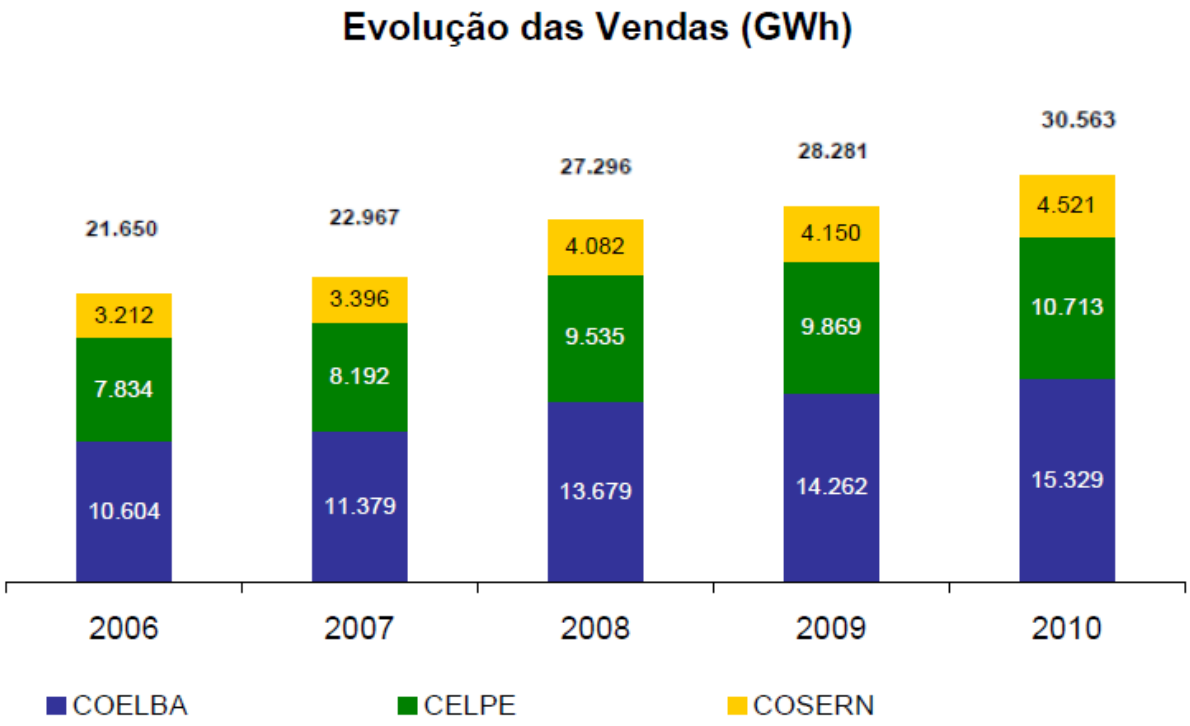
3. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída totalizou 30.563 GWh em 2010, representando um crescimento 8,1% em relação ao ano anterior.

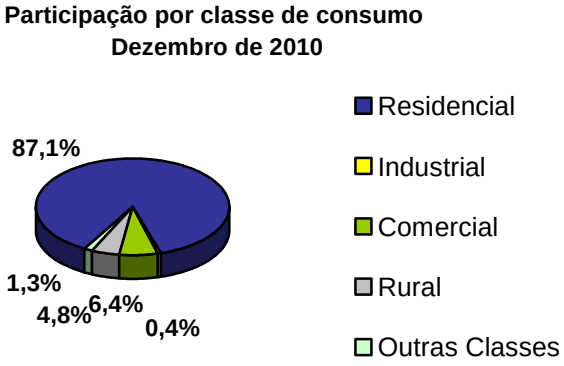
A seguir está demonstrada a evolução combinada das vendas (em GWh) das distribuidoras COELBA, CELPE e COSERN desde 2006.

Relatório da Administração



3.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A classe de consumo residencial representa 87,1% do total de consumidores do Grupo e a composição dos clientes por classe, está assim composta, de forma consolidada em 2010:



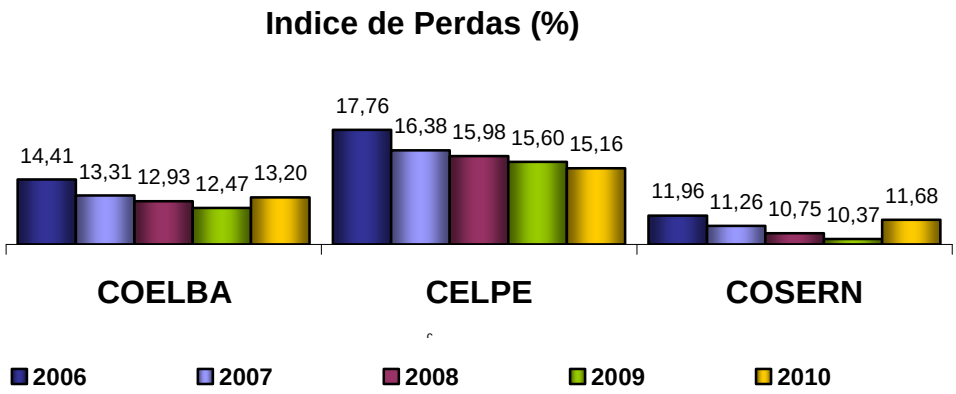
3.3. PERDAS

As perdas globais de energia são acompanhadas nas distribuidoras através do índice percentual que compara a relação entre a energia fornecida/faturada e a energia requerida/comprada, acumulados no período de 12 meses.

Para combate às perdas em 2010 foram realizadas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, verificação de ligações clandestinas.

Relatório da Administração

A seguir apresentamos o histórico das perdas totais de distribuição (técnicas e comerciais) das distribuidoras do Grupo Neoenergia.



4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Freqüência das interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

A seguir a evolução da Duração das Interrupções por Consumidor – DEC e da Freqüência das interrupções - FEC, sem supridora:

DEC (Sem Supridora)

	2006	2007	2008	2009	2010
Coelba	14,47	13,63	13,49	13,86	24,81
Celpe	15,49	14,89	14,99	16,25	16,41
Cosern	12,13	12,13	13,22	13,71	12,30

FEC (Sem Supridora)

	2006	2007	2008	2009	2010
Coelba	7,15	7,23	6,51	6,73	10,14
Celpe	8,81	7,67	7,37	6,48	6,68
Cosern	7,49	7,31	7,29	6,54	6,38

4.2. ATENDIMENTO A CLIENTES

As ações e melhorias implementadas nos serviços de uma forma geral, prestados aos clientes em 2010, se fazem notar através da redução do número de reclamações registrado nas distribuidoras do Grupo.

As empresas mantêm uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatível com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

Relatório da Administração

5. INVESTIMENTOS

Em 2010 os investimentos totais do Grupo Neoenergia atingiram o montante de R$ 1,65 bilhão. Com isso, o Grupo Neoenergia acumula investimentos no Brasil, desde 1997, da ordem de R$ 18,3 bilhões em temos nominais, distribuídos entre aquisições de empresas em leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital em controladas, investimentos nas controladas de distribuição e geração.

Os recursos foram destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e para a expansão da geração, tendo como destaque o programa Luz Para Todos e os projetos de geração.

5.1. PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Em 2010, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 76 mil novas ligações, e receberam R$ 361,0 milhões de subvenção do Governo para aplicação nesse Programa. No acumulado já foram efetuadas 596 mil novas ligações dentro do Programa Luz para Todos.

	CONSOLIDADO	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações previstas pelo programa	**616.636**	**448.986**	**114.841**	**52.809**
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Total de ligações executadas até 31 de dezembro de 2010	596.212	428.846	114.841	52.525
Em execução até 31 de dezembro de 2010	20.140	20.140	-	-

5.2. INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Em 2005 a Neoenergia adquiriu a autorização das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Goiandira e Nova Aurora, localizadas no Estado de Goiás. A energia a ser produzida por essas usinas foi comercializada no Leilão nº 003/2005 de Geração de Energia, realizado em junho de 2006. Também em 2005, a Neoenergia obteve autorização para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Baguari, localizada no Rio Doce, em Minas Gerais.

Em 2006 participou do Leilão no 002/2006 de Geração de Energia comercializando a energia da PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetinga, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 2006, adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, construída no rio Corumbá, no município de Luziânia, no Estado de Goiás. A energia elétrica desta usina foi comercializada com a Companhia Energética de Brasília (CEB). No leilão de energia nº 004/06, realizado em 10 de outubro de 2006, adquiriu a concessão para construção e comercialização da energia da UHE Dardanelos, no rio Aripuanã, no Estado do Mato Grosso.

Em 2007 adquiriu autorização para construção da PCH Sítio Grande, localizada no rio das Fêmeas, no Estado da Bahia. A energia desta PCH foi comercializada no mercado livre.

Em 2008 adquiriu a concessão para construção e comercialização da energia da UHE Baixo Iguaçu, no rio Iguaçu, no Estado do Paraná, que terá potência instalada de 350 MW. O contrato de concessão ainda não foi assinado pelo poder concedente. No leilão de transmissão nº 006/08, adquiriu a concessão para construção da Subestação NARANDIBA, localizada em Salvador, no Estado da Bahia.

Relatório da Administração

Em 2010, no leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW. O contrato de concessão ainda não foi assinado pelo poder concedente. Em 21 de julho de 2010 a Neoenergia adquiriu 10% do capital social da Norte Energia S.A., empresa constituída para explorar a concessão para construção e comercialização a energia da UHE Belo Monte, no rio Xingu, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 11.233 MW. O contrato de concessão foi assinado pelo poder concedente em 26 de agosto de 2010. No leilão de energia nº 004/10, realizado em 17 de dezembro de 2010, a Neoenergia, em consórcio com Furnas, Eletrosul e OPI, adquiriu 50,01% da concessão para construção e comercialização da energia da UHE Teles Pires, no rio Teles Pires, no Estado do Pará, que terá potência instalada de 1.820 MW. O contrato de concessão ainda não foi assinado pelo poder concedente.

Os quatro investimentos ainda a construir irão demandar investimentos da Neoenergia de aproximadamente R$ 6,0 bilhões, com a expectativa de alavancagem na ordem de 70%.

A seguir, as principais características dos projetos:

	Goiás Sul			Rio PCH I		Geração
	Goiandira	**Nova Aurora**	**Bahia PCH I**	**Pirapetinga**	**Garrafão**	**Eólica**
Participação da Neoenergia	100%	100%	100%	75%	75%	50%
Potência Instalada (MW) (*)	27	21	25	17	17	258
Energia Assegurada (MWm) (*)	17,09	12,37	19,62	11,31	11,50	112,27
Área do Reservatório (Km^2) (*)	6,42	6,83	0,55	0,40	2,71	

	Baguari I	**Corumbá III**	**Dardanelos**	**Baixo Iguaçu**	**Belo Monte**	**Teles Pires**
Participação da Neoenergia	51%	60%	51%	100%	10%	50,1%
Potência Instalada (MW) (*)	140	94	261	350	11.233	1.820
Energia Assegurada (MWm) (*)	81,4	50,9	154,9	172,8	4.571,0	915,4
Área do Reservatório (Km^2) (*)	14,2	72,4	0,2	31,6	516,0	115,0

* Dados estimados dos projetos

As UHE´s Baguari e Corumbá III e das PCH´s Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em 2009. As PCH´s Sítio Grande e Goiandira entraram em operação comercial em 2010 e a UHE Dardanelos e a PCH Nova Aurora tem expectativa de entrada em operação comercial em 2011. As UHE´s Belo Monte e Teles Pires tem expectativa para entrada em operação comercial em 2014 e as Usinas Eólicas em 2012.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

6.1. INDICADORES EMPRESARIAIS

A seguir apresentamos quadro resumo com os principais indicadores econômico-financeiros consolidados, destacando que os resultados de 2009 e 2010 estão de acordo com as novas normas contábeis e os resultados de 2006, 2007 e 2008 estão apresentados com as normas vigentes à época.

Relatório da Administração

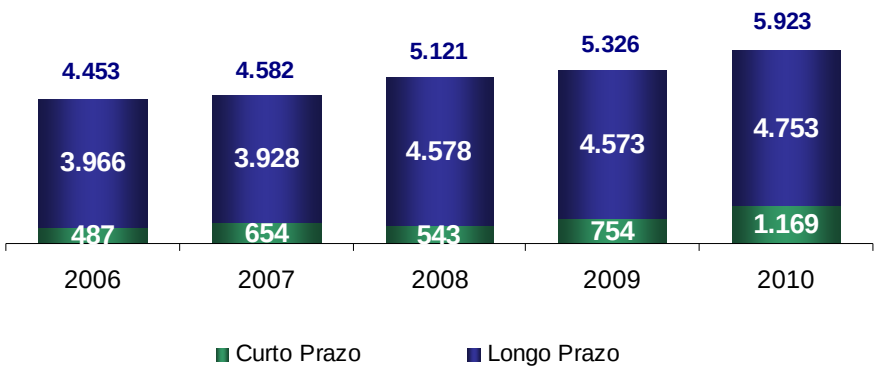
Dados Econômico-Financeiros	2006	2007	2008	2009 Refazimento	2010	Variação 2010/2009
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	8.217.103	9.025.294	9.498.680	11.636.276	12.829.696	10,3%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	5.218.039	5.937.824	6.290.934	8.229.525	8.950.036	8,8%
EBITDA (R$ mil)	2.195.499	2.603.657	2.605.164	3.029.721	2.975.228	-1,8%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	1.808.569	2.175.689	2.182.943	2.629.585	2.398.958	-8,8%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(286.517)	(240.786)	(48.794)	52.135	78.033	49,7%
Lucro Líquido (R$ mil)	995.073	1.340.049	1.474.274	1.830.272	1.777.984	-2,9%
Ativo Total (R$ mil)	13.225.156	14.494.923	15.837.438	17.339.946	19.590.086	13,0%
Dívida Bruta (R$ mil)	4.453.174	4.582.815	5.121.135	5.326.330	5.922.522	11,2%
Dívida Líquida (R$ mil) *	3.233.656	2.593.102	2.629.159	2.611.568	2.501.502	-4,2%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	6.217.928	7.112.411	8.075.768	9.137.730	10.407.851	13,9%
Indicadores Econômico-Financeiros						
Margem EBITDA	42,1%	43,9%	41,4%	36,8%	33,2%	-3,57 p.p
Margem EBIT	34,7%	36,6%	34,7%	32,0%	26,8%	-5,15 p.p
Margem Líquida	19,1%	22,6%	23,4%	22,2%	19,9%	-2,37 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	7,7	10,8	53,4	(58,1)	(38,1)	-34,4%
Dívida Bruta/EBITDA**	2,0	1,8	2,0	1,8	2,0	13,2%
Índice de Endividamento Líquido	34,2%	25,5%	24,6%	22,2%	19,4%	-2,85 p.p
Ações						
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,06	1,22	1,38	1,56	1,78	13,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,17	0,23	0,25	0,31	0,30	-2,9%
Distribuição de Dividendos e JSCP (R$ mil)	330.862	445.566	486.351	527.493	844.542	60,1%

* Dívida líquida de disponibilidades
** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

6.2. ENDIVIDAMENTO

Em 2010, o Grupo acumulou 81% da dívida em operações de longo prazo.

Evolução do Endividamento Consolidado (R$ milhões)



7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Relatório da Administração

O Grupo Neoenergia, por meio de suas controladas, atua ativamente nas localidades onde essas estão estabelecidas, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de convênios, ações filantrópicas, realização de obras, doações, programas de meio ambiente, além da realização de diversos patrocínios culturais.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes, em abril de 2009, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 2 (dois) anos. A Ernst & Young desde então não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Neoenergia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

9. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é conseqüência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar – Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 25 de janeiro de 2011.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)					
		31/12/10		31/12/09		01/01/09	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO							
COELBA		87,84	-	87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO							
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	51,00	-	51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		75,00	-	75,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-	25,20	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	10,00	-	-	-	-	-
TRANSMISSÃO							
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO							
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-	100,00	-
OUTROS							
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERV (Antiga TERMO NC)	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES		99,00	1,00	-	-	-	-
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.		100,00	-	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa		100,00	-	100,00	-	100,00	-
Salvador DI Fundo de Investimento Referenciado		100,00	-	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao		100,00	-	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI		100,00	-	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife		100,00	-	100,00	-	100,00	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. CONCESSÕES

DISTRIBUIÇÃO	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027

COMERCIALIZAÇÃO	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW) *	Energia Assegurada (MWmed) *	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial		29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,5 MW	9,5 MW	08/08/97	07/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/00	18/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	11,51 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/04	16/02/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/02	16/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	81,4 MW	77 MW	15/08/06	15/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	09/12/99	09/12/99

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW) *	Energia Assegurada (MWmed) *	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	28/06/07	28/06/42
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	30/06/05	04/08/40

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, mensuração do uso de bem público, estimativas do valor justo das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

3.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira que não sejam instrumento de hedge ou objeto de hedge, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Um passivo fiscal diferido será reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido advenha de:

- Reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou

- Reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que: não é uma combinação de negócios; e no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido será reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que:

- Não é uma combinação de negócios; e

- No momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

São calculados com base nas alíquotas do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

3.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é

Notas Explicativas

reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público (indenização), outros créditos e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de hedge.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa

Notas Explicativas

de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como

Notas Explicativas

instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumento de hedge.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo

Notas Explicativas

original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.7 – Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses derivativos foram contabilizados como instrumentos financeiros instrumento de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 34).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

3.8 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

3.9 – Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

3.10 – Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

3.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.13 – Ativo indenizável (concessão)

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre há cada cinco anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

3.14 – Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos de geração e ativos administrativos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

3.15 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de

Notas Explicativas

2008, 611 de 22 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.16 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura são efetuados pelo menos anualmente (31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.17 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

De acordo com o preconizado no CPC 38, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (*hedge accounting*), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM

Notas Explicativas

nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 577, de 5 de junho de 2009, que aprovaram, respectivamente, os CPC´s 04 – Ativo Intangível e CPC 20 – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

3.18 – Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são

Notas Explicativas

diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

g) Uso de Bem Publico

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, o qual é registrado pelo valor das retribuições ao poder concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada a valor presente a taxa implícita do projeto.

h) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

3.19 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

Notas Explicativas

3.20 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

3.21 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.22 – Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3.23 – Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3.24 – Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promovem a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.25 – Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A promulgação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 instaurou para as companhias abertas, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e a aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 00 a 14 (revogado a partir de 2010) e a segunda com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (à exceção do 34), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009.

a) Isenções adotadas

Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPC´s 15 a 40, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos novos pronunciamentos contábeis.

a.1) Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhida pela Companhia

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

- Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPC´s. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para mensurar: (i) o ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

- Isenção para mensuração dos benefícios a empregados: a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de adoção inicial dos novos CPC´s contra lucros acumulados. A partir desta data, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais seguindo a regra

Notas Explicativas

do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

- Isenção para não aplicação retroativa do CPC 15 – Combinações de negócios: A Companhia não aplicou retroativamente o CPC 15, para aquisições anteriores a data de transição. Assim, o ágio gerado nessas aquisições, os quais estão atribuídos às concessões, estão sendo amortizados ao longo do período de exploração das mesmas.

a.2) Reconciliação do Balanço e da DRE de acordo com os novos pronunciamentos contábeis

Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia efetuou algumas reclassificações nos saldos publicados referentes aos balanços de 31/12/2008 e 31/12/2009 e resultado de 2009, sem contudo afetar a qualidade das informações apresentadas.

	Consolidado Publicado 2008	Reclassificações	Consolidado Reclassificado 2008	ADOÇÃO INICIAL IFRS		Consolidado Reapresentado 2008
				Reclassificação	Ajustes	
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	-	2.421.604	2.421.604			2.421.604
Contas a receber de clientes e outros	-	1.535.972	1.535.972		(9.921)	1.526.051
Numerário disponível	204.142	(204.142)	-			-
Aplicações Financeiras	2.217.384	(2.217.384)	-			-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.445.491	(1.445.491)	-			-
Ativos regulatórios	327.333	(1.276)	326.057		(326.057)	-
Títulos a receber	231.621	(231.621)	-			-
(-) Prov p/créd. de cobrança duvidosa	(153.042)	153.042	-			-
Impostos e Contribuições a recuperar	-	166.892	166.892			166.892
Coligadas, controladas e controladoras	12.801	(11.049)	1.752			1.752
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	56.293		56.293	(56.293)		-
Estoques	13.636	(1)	13.635			13.635
Títulos e valores mobiliários	79.002		79.002			79.002
Fundos Vinculados	70.449	(70.449)	-			-
Serviço em curso	29.930	(29.930)	-			-
Tributos e contribuições sociais	167.048	(167.048)	-			-
Tributos e contribuições sociais diferidos	95.883		95.883	(95.883)		-
Despesas pagas antecipadamente	17.499	50	17.549			17.549
Outros Créditos	201.462	100.831	302.293	-	4.117	298.176
TOTAL DO CIRCULANTE	**5.016.932**	**-**	**5.016.932**	**(152.176)**	**(340.095)**	**4.524.661**
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros		746.931	746.931			746.931
Títulos e Valores Mobiliários	90.633	69653	160.286			160.286
Concessão de Serviço Público (indenização)		1	1		432.936	432.937
Consumidores, concessionárias e permissionárias	448.501	(448.501)	-			-
Ativos regulatórios	229.930		229.930		(229.930)	-
Títulos a receber	309.942	(309.942)	-			-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(11.512)	11.512	-			-
Fundos Vinculados	64.032	(64.032)	0			0
Impostos e Contribuições a recuperar		79.162	79.162			79.162
Coligada, controlada e controladora	52.175		52.175			52.175
Tributos e contribuições sociais diferidos	104.634	-1	104.633	95.883	264.297	464.813
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	651.660		651.660	56.293		707.953
Depósitos judiciais	96.010	(8.247)	87.763	59.299		147.062
Tributos e contribuições sociais	76.536	(76.536)	-			-
Despesas pagas antecipadamente	33.246	13	33.259			33.259
Bens e direitos destinados a alienação	3.066	(3.066)	-			-
Superávit atuarial			-		11.570	11.570
Outros Créditos	22.189	3.053	25.242			25.242
Investimentos			-			-
Outros investimentos	16.484		16.484		14.186	30.670
Imobilizado	6.757.875	1	6.757.876		(3.842.370)	2.915.506
Intangível	1.640.973		1.640.973		3.654.684	5.295.657
Diferido	234.130		234.130		(234.130)	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**10.820.506**	**1**	**10.820.507**	**211.475**	**71.243**	**11.103.225**
TOTAL DO ATIVO	**15.837.438**	**1**	**15.837.439**	**59.299**	**(268.853)**	**15.627.886**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado Publicado 2008	Reclassificações	Consolidado Reclassificado 2008	ADOÇÃO INICIAL IFRS		Consolidado Reapresentado 2008
				Reclassificação	Ajustes	
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	582.006	28.764	610.770			610.770
Folha de pagamento	8.418	(8.418)	-			-
Empréstimos e Financiamentos	407.815	1	407.816			407.816
Debêntures	122.499		122.499			122.499
Salários e encargos a pagar		71.017	71.017			71.017
Taxas regulamentares	165.798		165.798		-255	165.543
Tributos e contribuições sociais	260.838	14090	274.928		1143	276.071
Tributos e contribuições sociais diferidos	88.589		88.589	(88.589)		-
Dividendos e Juros sobre capital proprio	273.393		273.393		(214.025)	59.368
Provisões para passivos		40.986	24.403	776		25.179
Entidade de previdência privada	12.692	-1	12.691			12.691
Consumidores devolução baixa renda	1.419	(1.419)	-			-
Adiantamentos recebidos	19.601	(19.601)	-			-
Passivos regulatórios	97.007	(28.764)	68.243		(68.243)	-
Obrigações estimadas	76.689	(76.689)	-			-
Parcelamento de tributos	874	(874)	-			-
Provisões para contingências	40.986	(40.986)	-			-
Outras contas a pagar	107.882	25.203	133.085		341	133.426
TOTAL DO CIRCULANTE	**2.266.508**	**3.309**	**2.253.233**	**(87.813)**	**(281.039)**	**1.884.381**
			-			-
NÃO CIRCULANTE			-			-
Fornecedores	4.174		4.174			4.174
Empréstimos e financiamentos	2.516.297	-1	2.516.296			2.516.296
Debêntures	1.874.024		1.874.024			1.874.024
Taxas regulamentares	38.819		38.819		25.432	64.251
Impostos e Contribuições a recolher	29.160	3.132	32.292			32.292
Tributos e contribuições sociais diferidos	50.164		50.164	88.589	75.622	214.375
Provisões para passivos		83.055	99.638	58.523		158.161
Entidade de previdência privada	187.807		187.807		137.344	325.151
Passivos regulatórios	53.128		53.128		(53.128)	-
Parcelamento de tributos	3.132	(3.132)	-			-
Provisões para Contingências	83.053	(83.053)	-			-
Coligadas, controladas e controladoras	15.730	-15730	(0)			(0)
Outras contas a pagar	47.397	12.419	59.816			59.816
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**4.902.886**	**(3.310)**	**4.916.159**	**147.112**	**185.270**	**5.248.541**
			-			-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	**592.304**		**592.304**		**65969**	**658.273**
			-			-
PATRIMÔNIO LIQUIDO			-			-
Capital Social	4.739.025		4.739.025			4.739.025
Reservas de Capital	2.288		2.288			2.288
Reservas de Lucro	3.334.427		3.334.427		28	3.334.455
Proposta de Distribuição de dividendos adicional			-		120.410	120.410
Lucro/Prejuízo acumulado			-		(359.487)	(359.487)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**8.075.740**	**-**	**8.075.740**	**-**	**(239.049)**	**7.836.691**
TOTAL DO PASSIVO	**15.837.437**	**(1)**	**15.837.436**	**59.299**	**(268.849)**	**15.627.886**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado Publicado 2009	Reclassificações Modelo	Consolidado Reclassificado 2009	ADOÇÃO INICIAL IFRS		Consolidado Reapresentado 2009
				Reclassificação	Ajustes	
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	-	2.621.961	2.621.961			2.621.961
Contas a receber de clientes e outros	-	1.976.736	1.976.736		(11.201)	1.965.535
Numerário disponível	60.988	(60.988)	-			-
Aplicações Financeiras	2.568.656	(2.568.656)	-			-
Títulos e valores mobiliários	141.363	(4.874)	136.489			136.489
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.042.032	(2.042.032)	-			-
Ativos regulatórios	279.556		279.556		(279.556)	-
Títulos a receber	91.260	(91.260)	-			-
(-) Prov p/créd. de cobrança duvidosa	(156.556)	156.556	-			-
Impostos e Contribuições a recuperar		226.261	226.261		575	226.836
Coligadas, controladas e controladoras	1.025		1.025			1.025
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	53.474		53.474	(53.474)		-
Estoques	14.136		14.136		(214)	13.922
Fundos Vinculados	76.653	(76.653)	-			-
Bens e direitos destinados a alienação	51	(51)	-			-
Serviço em curso	35.598	(35.598)	-			-
Tributos e contribuições sociais	226.261	(226.261)	-			-
Tributos e contribuições sociais diferidos	76.119		76.119	(76.119)		-
Despesas pagas antecipadamente	22.944	(50)	22.894			22.894
Outros Créditos	231.442	111.276	342.718	-		342.718
TOTAL DO CIRCULANTE	**5.765.002**	**(13.633)**	**5.751.369**	**(129.593)**	**(290.396)**	**5.331.380**
NÃO CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes e outros		689.143	689.143			689.143
Concessão de Serviço Público (indenização)			-		497.509	497.509
Consumidores, concessionárias e permissionárias	388.103	(388.103)	-			-
Ativos regulatórios	69.498		69.498		(69.498)	-
Títulos a receber	316.148	(316.148)	-			-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(15.108)	15.108	-			-
Títulos e valores mobiliários	195.876	12556	208.432			208.432
Fundos Vinculados	157	(157)	-			-
Coligada, controlada e controladora	1.320	8.618	9.938			9.938
Tributos e contribuições sociais diferidos	125.794	(5)	125.789	76.119	199.057	400.965
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	598.185		598.185	53.474		651.659
Depósitos judiciais	118.325		118.325	78.727		197.052
Tributos e contribuições sociais	72.865	5	72.870		(803)	72.067
Despesas pagas antecipadamente	676		676			676
Bens e direitos destinados a alienação	3.397	(3.397)	-			-
Superávit atuarial			-		25.320	25.320
Outros Créditos	33.551	3.556	37.107			37.107
Investimentos						
Outros investimentos	18.581		18.581		11.673	30.254
Imobilizado	7.712.124		7.712.124		(4.353.945)	3.358.179
Intangível	1.684.695		1.684.695		4.145.570	5.830.265
Diferido	201.390		201.390		(201.390)	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**11.525.577**	**21.176**	**11.546.753**	**208.320**	**253.493**	**12.008.566**
						-
						-
TOTAL DO ATIVO	**17.290.579**	**7.543**	**17.298.122**	**78.727**	**(36.903)**	**17.339.946**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado Publicado 2009	Reclassificações Modelo	Consolidado Reclassificado 2009	ADOÇÃO INICIAL IFRS		Consolidado Reapresentado 2009
				Reclassificação	Ajustes	
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	573.263	43.756	617.019		3.512	620.531
Folha de pagamento	9.783	(9.783)	-			-
Empréstimos e Financiamentos	509.431	1	509.432			509.432
Debêntures	227.790	-1	227.789			227.789
Salários e encargos a pagar	-	77.759	77.759			77.759
Taxas regulamentares	99.979		99.979		(248)	99.731
Tributos e contribuições sociais	388.937	30.216	419.153		18	419.171
Tributos e contribuições sociais diferidos	43.778		43.778	(43.778)		-
Dividendos e Juros sobre capital proprio	347.212		347.212		(197.353)	149.859
Provisões para passivos	-	29.315	29.315	838		30.153
Entidade de previdência privada	16.599		16.599			16.599
Consumidores devolução baixa renda	927	(927)	-			-
Adiantamentos recebidos	27.280	(27.280)	-			-
Passivos regulatórios	208.834	(43.756)	165.078		(165.078)	-
Coligadas, controladas e controladoras	665		665		(395)	270
Obrigações estimadas	98.240	(98.240)	-			-
Provisões para contingências	45.432	(45.432)	-			-
Outras contas a pagar	94.245	16.721	110.966		28.059	139.025
TOTAL DO CIRCULANTE	**2.692.395**	**(27.651)**	**2.664.744**	**(42.940)**	**(331.485)**	**2.290.319**
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores	8.228		8.228			8.228
Empréstimos e financiamentos	2.633.575		2.633.575			2.633.575
Debêntures	1.663.781		1.663.781			1.663.781
Taxas regulamentares	63.918		63.918		27.984	91.902
Impostos e Contribuições a recolher	28.497		28.497			28.497
Tributos e contribuições sociais diferidos	5.137		5.137	43.778	153.208	202.123
Provisões para passivos	-	80.150	80.150	77.889		158.039
Perdas naõ realizadas com derivativos	-		-			-
Entidade de previdência privada	182.543		182.543		131.998	314.541
Passivos regulatórios	101.043		101.043		(101.043)	-
Obrigações estimadas	862		862		(862)	-
Provisões para Contingências	64.033	(64.033)	-			-
Coligadas, controladas e controladoras	22.465	7593	30.058		(7)	30.051
Recursos destinados a aumento de capital	1.694		1.694		2	1.696
Outras contas a pagar	25.313	11484	36.797		2.129	38.926
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**4.801.089**	**35.194**	**4.836.283**	**121.667**	**213.409**	**5.171.359**
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	662.373		662.373		78.165	740.538
						-
PATRIMÔNIO LIQUIDO			-			-
Capital Social	4.739.025		4.739.025			4.739.025
Reservas de Capital	2.288		2.288			2.288
Reservas de Lucro	4.393.409		4.393.409		(1)	4.393.408
Proposta de Distribuição de dividendos adicional			-		102.899	102.899
Lucro/Prejuízo acumulado			-		(99.890)	(99.890)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**9.134.722**	**-**	**9.134.722**	**-**	**81.173**	**9.137.730**
TOTAL DO PASSIVO	**17.290.579**	**7.543**	**17.298.122**	**78.727**	**(36.903)**	**17.339.946**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Consolidado				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	**Ref**	**Publicado 2009**	**Reclassificação**	**Reclassificado 2009**	**Ajustes IFRS**	**Reapresentado 2009**
Receita Bruta	**(1) / (5)**	10.383.242		10.383.242	1.253.034	11.636.276
(-) Deduções da Receita Bruta		(3.417.688)		(3.417.688)	10.937	(3.406.751)
Receita Líquida		**6.965.554**	**-**	**6.965.554**	**1.263.971**	**8.229.525**
Custo do Serviço	**(1) / (5)**	(4.088.027)	(503)	(4.088.530)	(890.096)	(4.978.626)
Lucro Operacional Bruto		**2.877.527**		**2.877.024**	**373.875**	**3.250.899**
Despesas Operacionais	**(4)**	**(641.010)**	**(21.216)**	**(662.226)**	**33.497**	**(628.729)**
Despesas com vendas		(283.131)		(283.131)	(4.655)	(287.786)
Despesas gerais e administrativas	**(4)**	(357.879)	(21.216)	(379.095)	38.152	(340.943)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**2.236.517**	**(21.216)**	**2.214.798**	**407.372**	**2.622.170**
Resultado de participações societárias		**(116.876)**	**-**	**(116.876)**	**-**	**(116.876)**
(-) Provisão para Desval. Investimento		(5.340)		(5.340)		(5.340)
Amortização de Ágio		(111.536)		(111.536)		(111.536)
Resultado Financeiro		**25.181**	**88**	**25.269**	**26.866**	**52.135**
Receita Financeira	**(1)**	755.579		755.579	(28.701)	726.878
Despesa financeira	**(1)**	(730.398)	88	(730.310)	55.567	(674.743)
Resultado na Alienação/Desativação de Bens e Direitos		**(21.974)**	**21.974**	**-**		**-**
Receitas na alienação/desativação Bens e direitos		3.598	(3.598)	-		-
Despesas na alienação/desativação Bens e direitos		(25.572)	25.572	-		-
Lucro antes dos impostos		**2.122.848**		**2.123.191**	**434.238**	**2.557.429**
Imposto de renda e contribuição social:		**(278.367)**	**-**	**(278.367)**	**(149.626)**	**(427.993)**
Corrente		(615.667)		(615.667)	391	(615.276)
Diferido	**(7)**	73.983		73.983	(150.017)	(76.034)
Imposto de renda - SUDENE		315.246		315.246		315.246
Amortização ágio e reversão PMIPL		(51.929)		(51.929)		(51.929)
Lucro antes das participações minoritárias		**1.844.481**	**-**	**1.844.824**	**284.612**	**2.129.436**
Participações minoritárias		(258.036)		(258.036)	(41.128)	(299.164)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.586.445**	**-**	**1.586.788**	**243.484**	**1.830.272**

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

(1) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As Companhias devem elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC´s foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

(2) Custos de empréstimos (CPC 20) – A prática contábil adotada pela Companhia foi modificada para refletir o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

O montante dos custos de empréstimos elegíveis a capitalização foi definido pela Companhia pela aplicação da taxa média ponderada sobre os gastos do ativo intangível em fase de construção.

A Companhia adotou esta prática para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2009.

(3) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08) – Esta interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis como definido no pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.

(4) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (i) um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerado a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado serão reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Não será calculado ajuste a valor presente do ativo financeiro. Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor, esse ativo financeiro já se encontra a valor presente.

Adicionalmente, de acordo com OCPC 05, para os contratos de concessão ou autorização de uso de bem público em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato, principalmente para exploração de recursos hídricos com o objetivo de geração de energia, o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despender no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Assim, os pagamentos pelo uso de bem público que eram contabilizados como despesa quando liquidados, foram inicialmente mensurados por seu valor presente na data do início da concessão em contrapartida ao ativo intangível, o qual é amortizado pelo prazo da concessão. O passivo correspondente é atualizado a valor presente na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(5) Contratos de Construção (CPC 17) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

(6) Benefícios a empregados (CPC 33) – Este pronunciamento técnico fornece orientações sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

O plano de benefício definido superavitário da controlada COELBA teve o superávit reconhecido na patrocinadora, até o montante provável de redução nas contribuições futuras. O déficit atuarial do plano de benefício definido atribuível a patrocinadora (controlada CELPE) foi integralmente reconhecido no balanço de abertura.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(7) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (IFRS Estrutura Conceitual). Baixa do ativo Diferido - A Lei nº. 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido, mas, após isso, a Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 extinguiu esse grupo de contas. O Pronunciamento Técnico CPC 13, que trata da Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07, facultou as Companhias (i) a manutenção do saldo nesse grupo até sua completa amortização, sujeito à análise de *impairment* ou (ii) a baixa integral no balanço de abertura, na data de transição, da parcela do saldo que não pudesse ser reclassificado para outro grupo de ativos. À época, a Companhia adotou a opção de manter o saldo até a sua completa amortização. Embora essa política contábil fosse plenamente aderente as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a manutenção do saldo do diferido não se enquadra nos elementos previstos na estrutura conceitual básica das normas internacionais de contabilidade – IFRS. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia revisou sua política contábil no âmbito do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e baixou integralmente o saldo do ativo diferido no balanço de abertura. Assim, as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão convergente neste aspecto e, ambas estão aderentes as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

(8) Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, considerando os critérios expostos na nota explicativa nº 3 (item 3.4).

(9) Reclassificações: De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

a. Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante.

b. Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante.

b) Reapresentação das ITR de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Reconciliação do PL

	2009			2010		
Trimestre findo em:	**31/3/2009**	**30/6/2009**	**30/9/2009**	**31/3/2010**	**30/6/2010**	**30/9/2010**
Patrimônio líquido publicado	**8.358.508**	**8.579.567**	**8.859.471**	**9.401.923**	**9.730.923**	**10.049.771**
Capitalização de custos de empréstimos	12.734	27.852	42.665	70.427	74.131	74.137
Reconhecimento contrato de concessão	2.122	4.245	6.368	10.613	12.736	14.858
Dividendos	109.293	20.916	17.816	146.417	23.158	76.026
Ganho sobre ativos disponíveis para venda	(3.970)	(5.356)	(6.966)	6.317	20.910	31.842
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(420.980)	(311.844)	(206.510)	32.162	49.291	76.448
Superávit / (Déficit) plano de benefício previdenciário	(125.774)	(125.774)	(125.774)	(107.938)	(107.938)	(128.829)
Provisões de P&D e PEE	(39.206)	(39.927)	(40.509)	(42.400)	(42.400)	(42.400)
Ajuste tributos sobre ICMS CIAP	(4.581)	(4.581)	(4.581)	(4.581)	(4.581)	(4.581)
Ativo diferido	(6.117)	(1.165)	3.787	34.229	40.022	45.815
Utilização do bem público	(13.830)	(17.015)	(20.200)	(23.808)	(24.231)	(24.653)
Equivalencia patrimonial dos ajustes as controladas	-	-	-	-	-	-
Efeito dos Ajustes na Participação dos Minoritários	36.619	33.958	24.800	(34.621)	(20.713)	(25.452)
Efeito dos tributos sobre os ajustes	197.251	153.334	110.842	5.074	(9.356)	(17.595)
Patrimônio líquido reapresentado	**8.102.069**	**8.314.211**	**8.661.207**	**9.493.815**	**9.741.952**	**10.125.387**

	2009			2010		
Resultado período findo em:	**31/3/2009**	**30/6/2009**	**30/9/2009**	**31/3/2010**	**30/6/2010**	**30/9/2010**
Resultado publicado	**327.976**	**688.092**	**1.067.996**	**361.336**	**790.336**	**1.234.182**
Capitalização de custos de empréstimos	12.734	27.851	42.665	14.331	18.032	18.038
Reconhecimento contrato de concessão	2.122	4.245	6.368	2.122	4.245	6.368
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	2.116	111.252	216.587	113.311	130.442	157.599
Déficit plano de benefício previdenciário	-	-	-	-	-	(20.891)
Provisões de P&D e PEE	(672)	(1.393)	(1.976)	-	-	-
Ativo diferido	4.900	9.903	14.855	24.700	11.586	17.379
Utilização do bem público	-	-	-	-	-	-
Equivalencia patrimonial dos ajustes as controladas	926	926	926	2.446	2.446	2.446
Efeito dos Ajustes na Participação dos Minoritários	(1.600)	(12.111)	(21.386)	(29.588)	(12.972)	(14.675)
Efeito dos tributos sobre os ajustes	(7.210)	(51.596)	(94.637)	(45.730)	(55.198)	(59.721)
Resultado reapresentado	**341.293**	**777.169**	**1.231.398**	**442.928**	**888.917**	**1.340.725**

	2009			2010		
Resultado trimestre findo em:	**31/3/2009**	**30/6/2009**	**30/9/2009**	**31/3/2010**	**30/6/2010**	**30/9/2010**
Resultado publicado	**327.976**	**360.116**	**379.904**	**361.336**	**429.000**	**443.846**
Capitalização de custos de empréstimos	12.734	15.117	14.814	14.331	3.701	6
Reconhecimento contrato de concessão	2.122	2.123	2.123	2.122	2.123	2.123
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	2.116	109.135	105.336	113.311	17.131	27.158
Déficit plano de benefício previdenciário	-	-	-	-	-	(20.891)
Provisões de P&D e PEE	(672)	(721)	(582)	-	-	-
Ativo diferido	4.900	5.003	4.952	24.700	(13.114)	5.793
Utilização do bem público	-	-	-	-	-	-
Equivalencia patrimonial dos ajustes as controladas	926	-	-	2.446	-	-
Efeito dos Ajustes na Participação dos Minoritários	(1.600)	(10.511)	(9.275)	(29.588)	16.616	(1.704)
Efeito dos tributos sobre os ajustes	(7.210)	(44.386)	(43.041)	(45.730)	(9.468)	(4.524)
Resultado reapresentado	**341.293**	**435.876**	**454.229**	**442.928**	**445.990**	**451.807**

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As demonstrações contábeis da controlada em conjunto Termoaçu, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações contábeis da investida.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído a concessão, foi classificado no ativo intangível.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (reclassificados, quando aplicável), da controlada Termoaçu, estão assim compostos, de forma condensada:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo	786.612	783.701	831.026
Circulante	43.216	35.997	80.470
Não Circulante	743.396	747.704	750.556
Passivo	786.612	783.701	831.026
Circulante	68.028	74.401	124.216
Não Circulante	-	-	34.082
Patrimônio Líquido	718.584	709.300	672.728

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	TERMOAÇU	
	31/12/10	31/12/09
Receita operacional líquida	47.926	75.047
Custo de bens e serviços vendidos	(24.543)	(51.575)
Resultado bruto	23.383	23.472
Receitas (despesas) operacionais	(9.866)	(16.596)
Resultado do serviço	13.517	6.876
Receita (despesas) financeiras	987	4.183
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.504	11.059
Imposto de renda e contribuição social	(5.220)	(4.227)
Lucro líquido do exercício	9.284	6.832

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e Depósitos bancários à vista	185	32	58	276.935	89.049	204.221
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:	-					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	421.261	175.200	160.049	477.720	234.289	211.460
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	37.132	-	-
Fundos de investimento	2.378.284	1.685.971	1.426.677	2.599.814	2.298.623	2.005.923
	2.799.730	1.861.203	1.586.784	3.391.601	2.621.961	2.421.604

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado		
	Ref.	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Consumidores	(1)	2.718.523	2.478.318	2.002.940
Títulos a Receber	(2)	248.699	237.293	251.351
Comercialização de Energia na CCEE	(3)	82.251	67.979	92.483
Disponibilização do Sistema de Distribuição		29.553	12.020	14.219
Serviços Prestados a Terceiros		74.282	10.873	9.577
Outros Créditos		49.058	19.257	66.542
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4)	(202.430)	(171.062)	(164.130)
Total		2.999.936	2.654.678	2.272.982
Circulante		1.959.762	1.965.535	1.526.051
Não Circulante		1.040.174	689.143	746.931

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(1) Consumidores

		Saldos vencidos		Total			PCLD		
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Setor Privado									
Residencial	916.769	198.369	24.713	1.139.852	963.299	688.527	(28.823)	(30.558)	(28.497)
Industrial	246.533	20.492	81.490	348.515	334.799	279.233	(57.112)	(47.058)	(42.915)
Comercial, serviços e outras	314.674	47.899	24.260	386.832	383.059	304.307	(36.068)	(27.651)	(22.553)
Rural	67.624	17.823	45.746	131.193	121.448	99.869	(19.707)	(20.311)	(15.894)
	1.545.600	284.583	176.209	2.006.392	1.802.605	1.371.936	(141.710)	(125.578)	(109.859)
Setor Público									
Poder Público									
Federal	14.838	1.938	2.739	19.515	18.061	11.524	(1.475)	(981)	(1.832)
Estadual	172.077	5.650	3.022	180.749	177.679	175.853	(349)	(1.636)	(2.058)
Municipal	99.340	17.018	13.708	130.067	126.536	119.581	(16.211)	(7.442)	(13.572)
	286.255	24.606	19.469	330.331	322.276	306.958	(18.035)	(10.059)	(17.462)
Iluminação pública	49.608	11.938	8.905	70.451	50.312	49.554	(2.785)	(3.275)	(3.524)
Serviço público	75.903	6.341	8.124	90.368	92.090	70.835	(9.286)	(8.129)	(8.683)
Fornecimento não faturado	220.981	-	-	220.981	211.035	203.657	-	-	-
Consumidores	2.178.347	327.468	212.707	2.718.523	2.478.318	2.002.940	(171.816)	(147.041)	(139.528)
Circulante				946.014	1.154.136	924.882	(130.607)	(104.894)	(100.432)
Não Circulante				1.772.509	1.324.182	1.078.058	(41.209)	(42.147)	(39.096)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(2) Títulos a Receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de contas de fornecimento de energia em atraso de órgãos públicos e débitos diversos (agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, etc.).

	Consolidado								
	Saldos	Vencidos		Total			PCLD		
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Setor Público	89.058	1.893	3.618	94.569	103.910	129.045	(7.137)	(7.603)	(8.616)
Setor Privado	142.313	6.693	5.124	154.130	133.383	122.306	(20.818)	(12.493)	(11.934)
Total	231.371	8.586	8.742	248.699	237.293	251.351	(27.955)	(20.096)	(20.550)
Circulante				151.339	134.190	161.260	(7.159)	(6.116)	(10.672)
Não Circulante				97.360	103.103	90.091	(20.796)	(13.980)	(9.878)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(3) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes

Notas Explicativas

do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a Receber	Outros Créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	(139.528)	(20.550)	(4.052)	(164.130)
Adições	(398.066)	(38.177)	(23.286)	(459.529)
Reversões	377.571	38.631	23.413	439.615
Baixados a Reserva	12.982	-		12.982
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(147.041)	(20.096)	(3.925)	(171.062)
Adições	(471.633)	(28.106)	(46.605)	(546.344)
Reversões	433.977	20.247	47.871	502.095
Baixados a Reserva	12.881			12.881
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(171.816)	(27.955)	(2.659)	(202.430)

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado 31/12/10	31/12/09	01/01/09
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	16.973	7.690	8.731
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	43.792	36.594	18.758
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	12.211	12.027	-
Banco Nordeste do Brasil		CDB	Diversos	CDI	20.792	35.812	20.589
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	9.993	9.843	-
Banco Nordeste do Brasil		Fundo	jan-10	Variável	-	602	-
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	14.367	15.844	22.522
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	2.729	-	7.818
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	ago-10	CDI	14.697	17.562	16.503
Bradesco		3259	fev-11	CDI	5	4	5
Bradesco	(2)	CDB	(*)	CDI	541	-	740
Bradesco		CDB	(*)	CDI	-	146	1.015
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	-	2.621	4.040
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	9	2.675	3.708
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	1.085	3.140	2.626
Bradesco	(2)	LFT	jun-11	CDI	1.066	-	-
Bradesco	(2)	CDB	set-13	CDI	1.510	1.889	1.799
Santander	(1)	CDB/CDI	(*)	CDI	-	12.281	12.840
Santander		CDB	jan-10	CDI	-	5.655	5.085
Banco do Brasil		CDB	mar-13	CDI	-	20.457	19.103
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	(*)	CDI	38.484	31.637	33.707
Banco do Brasil	(1)	Fundo de Investimento	jul-10	CDI	81.541	69.197	59.699
Banco Itaú		Títulos Públicos	(*)	Selic	154.050	39.132	-
Itau		CDB	jan-10	CDI	-	357	-
Itau		CDB	diversos	CDI	9.870	8.898	-
Itau	(2)	CDB	ago-12	CDIC	895	-	-
Votorantim		CDB	diversos	CDI	15.198	1.658	-
Votorantim	(2)	CDB	dez/10	CDI	7.564	9.200	-
Total					447.371	344.921	239.288
Circulante					277.076	136.489	79.002
Não Circulante					170.295	208.432	160.286

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.
(2) Constituem garantia para contrato de energia.
(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	Controladora 31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	Consolidado 31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Circulante							
Imposto de Renda - IR	(1)	61.738	36.960	38.356	91.276	59.748	52.058
Contribuição Social - CSLL	(1)	2.605	457	444	14.771	12.393	6.731
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	-		-	94.459	73.736	70.134
Programa de Integração Social - PIS	(3)	5.650	5.418	19	27.594	9.298	4.549
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3)	38.308	36.552	630	158.865	60.989	24.978
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-		-	6.260	3.130	2.073
IOF		-	3.328	3.097	-	3.328	3.097
Imposto sobre Serviços - ISS		-	21	-	394	508	-
Outros		3.619	3	25	13.121	3.706	3.270
		111.921	82.739	42.571	406.740	226.836	166.892
Não-Circulante							
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	-	-	78.577	69.649	76.749
Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	-	2.527	2.418	2.413
		-	-	-	81.104	72.067	79.162
Total		111.921	82.739	42.571	487.844	298.903	246.054

(1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações

Notas Explicativas

tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda – IR e base de cálculo negativa da CSLL.

O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre faturas a pagar a fornecedores.

(2) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(3) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/ antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº. 27/2008.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

	Consolidado					
	Ativo					
	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda						
Prejuízos Fiscais	-	-	701	175	-	-
Diferenças Temporárias	981.303	245.185	1.178.695	294.652	1.367.288	341.797
	981.303	245.185	1.179.396	294.827	1.367.288	341.797
Contribuição Social						
Base Negativa	-	-	701	63	-	-
Diferenças Temporárias	981.303	88.317	1.178.695	106.075	1.367.288	123.016
	981.303	88.317	1.179.396	106.138	1.367.288	123.016
Total		333.502		400.965		464.813

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado					
	Passivo					
	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda						
Prejuízos Fiscais	-	-	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	545.682	135.344	588.011	146.980	549.392	137.325
	545.682	135.344	588.011	146.980	549.392	137.325
Contribuição Social						
Base Negativa	-	-	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	545.682	49.112	588.011	52.920	549.392	49.444
	545.682	49.112	588.011	52.920	549.392	49.444
PIS						
Diferenças Temporárias	-	-	24.029	397	298.446	4.924
	-	-	24.029	397	298.446	4.924
COFINS						
Diferenças Temporárias	-	-	24.029	1.826	298.446	22.682
	-	-	24.029	1.826	298.446	22.682
Total		184.456		202.123		214.375

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado					
	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Ativo						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	108.186	108.186	75.409	75.409	69.316	69.316
Provisão para passivo atuarial	302.227	302.227	191.921	191.921	197.941	197.941
Provisão para demissão voluntária	1.146	1.146	1.076	1.076	533	533
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	186.404	186.404	168.454	168.454	163.220	163.220
Provisão Agente Arrecadador	2.099	2.099	2.098	2.098	2.098	2.098
Provisão PLR	19.333	19.333	30.456	30.456	14.993	14.993
Ajuste a valor presente ICMS a recuperar (CIAP)	-	-	7.076	7.076	14.130	14.130
Pis/Cofins diferidos	65.488	65.488	8.773	8.773	6.618	6.618
Pesquisa e Desenvolvimento	6.776	6.776	9.717	9.717	9.358	9.358
Aplicação do "Hedge Accounting"	-	-	1.433	1.433	28.287	28.287
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	4.759	4.759	4.186	4.186	3.588	3.588
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	-	-	7.436	7.436	-	-
Entidade Previdencia Privada	2.130	2.130	131.128	131.128	134.993	134.993
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	134.647	134.647	349.054	349.054	551.538	551.538
Baixa ativo diferido	87.062	87.062	82.273	82.273	77.362	77.362
Outros	56.045	56.045	103.906	103.906	88.313	88.313
Total Ativo	981.303	981.303	1.179.396	1.179.396	1.367.288	1.367.288

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	IR	CSLL	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL
Passivo								
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	22.840	22.840	19.821	19.821	74.564	74.564
Reposicionamento tarifário	-	-	55.037	55.037	55.037	55.037	174.432	174.432
Redução das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição	-	-	-	-	5.261	5.261	-	-
Precatório Finsocial	10.847	10.847	12.986	12.986	-	-	11.718	11.718
Compra de energia (Regulatório)	-	-	19.986	19.986	19.986	19.986	44.233	44.233
Aplicação do "Hedge Accounting"	5.418	5.418	-	-	-	-	19.946	19.946
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	38.181	38.181	-	-	-	-	-	-
Ajuste da quota anual de amortização	143.141	143.141	89.851	89.851	-	-	59.466	59.466
Capitalização de juros de acordo com o IFRS	92.605	92.605	56.448	56.448	-	-	-	-
(-) Amortização da Capitalização de juros	(7.510)	(7.510)	(349)	(349)	-	-	-	-
Déficit plano previdenciário CD	140	140	(2.131)	(2.131)	-	-	(2.352)	(2.352)
Superávit plano previdenciário BD	28.757	28.757	10.376	10.376	-	-	1.794	1.794
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	189.384	189.384	273.903	273.903	(76.076)	(76.076)	129.316	129.316
Benefício Temporário	14.945	14.945	14.945	14.945	-	-	9.776	9.776
Outros	29.775	29.775	34.118	34.118	-	-	26.498	26.498
Total Passivo	545.682	545.682	588.011	588.011	24.029	24.029	549.392	549.392

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

	Consolidado						
Expectativa de Realização	2011	2012	2013	2014	2015	2016-2018	Total
Imposto de Renda	80.067	40.583	72.014	5.925	25.884	20.711	245.185
Contribuição Social	28.216	14.613	25.930	2.136	9.321	8.103	88.318
	108.283	55.196	97.944	8.061	35.205	28.814	333.502

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Controladora			
	31/12/10		31/12/09	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.773.517	1.773.517	1.806.357	1.806.357
JSCP Declarados	(430.134)	(430.134)	(424.293)	(424.293)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	1.343.383	1.343.383	1.382.064	1.382.064
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	335.846	120.904	345.516	124.386
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização Ágio Participação Societária	25.482	9.173	29.629	10.667
JSCP Recebido	58.419	21.031	55.460	19.966
Outras Adições	2.264	816	1.797	647
Subtotal Adições	86.165	31.020	86.886	31.279
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(424.061)	(152.662)	(436.172)	(157.022)
Outras Exclusões	(1.235)	(445)	(14.244)	(5.126)
Subtotal Exclusões	(425.296)	(153.107)	(450.416)	(162.148)
Imposto de renda e contribuição social no período	(3.285)	(1.182)	(18.014)	(6.483)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado			3.636	1.309
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.285)	(1.182)	(14.378)	(5.174)

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado			
	31/12/10		31/12/09	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.456.603	2.456.603	2.557.429	2.557.429
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(53.491)	(53.491)	(56.293)	(56.293)
JSCP Declarados	(469.962)	(469.962)	(424.293)	(424.293)
Ajustes decorrentes do RTT	(285.954)	(285.954)	(507.752)	(507.752)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	1.647.196	1.647.196	1.569.092	1.569.092
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	411.799	148.248	392.273	141.218
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização Ágio Participação Societária	25.482	9.173	29.629	10.667
JSCP Recebido	58.419	21.031	55.460	19.966
Juros sobre Obras em Andamento - JOA	-	17	-	49
Contribuições e Doações	971	349	764	275
Multas Indedutíveis	928	334	1.271	458
Depreciação Veículos Executivos	470	169	422	151
Excesso Despesas Previdenciárias	3.242	1.167	2.699	972
Outras Adições	34.555	12.371	84.323	30.752
Subtotal Adições	124.067	44.612	174.568	63.290
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(427.129)	(153.765)	(414)	(149)
Reversão da Provisão do Ágio	(14.668)	(5.280)	(15.177)	(5.464)
Reversão da PMIPL	(11.283)	(4.062)	(390.935)	(140.736)
Incentivo Fiscal SUDENE	(310.932)	1	(315.246)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT	(6.867)	-	(8.915)	-
Efeito Regime Lucro Presumido	(9.960)	(3.085)	-	-
Outras Exclusões	(70.998)	(51.576)	(147.927)	(127.108)
Subtotal Exclusões	(851.837)	(217.767)	(878.615)	(273.457)
Imposto de renda e contribuição social no período	(315.971)	(24.907)	(311.773)	(68.950)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado (compensado)	1.734	624	3.131	1.529
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(314.237)	(24.283)	(308.642)	(67.420)

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (“DIPJ”) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) , 20 (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

11. BENEFÍCIO FISCAL - ÁGIO INCORPORADO

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor líquido total de R$ 598.170 (R$ 651.659 e R$ 707.953 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, respectivamente), que, em essência, representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das controladas apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 são como segue:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Ágio - incorporado	3.443.491
Provisão Constituída	(2.272.705)
Benefício fiscal	1.170.786
Amortização acumulada	(1.361.278)
Reversão acumulada	898.445
Saldos em 01 de janeiro de 2009	707.953
Amortização acumulada	(165.567)
Reversão acumulada	109.273
Saldos em 31 de dezembro de 2009	651.659
Amortização	(157.324)
Reversão	103.835
Saldos em 31 de dezembro de 2010	598.170

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para COELBA, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para CELPE, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para COSERN, maio de 2004, 248 parcelas mensais para TERMOPERNAMBUCO e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para ITAPEBI e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para COELBA, nº 192, de 31 de maio de 2001 para CELPE, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para COSERN.

O Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na COELBA.

A curva autorizada por meio da Resolução ANEEL nº. 474, de 30 de novembro de 2000, para a amortização dos ágios nas controladas, estão assim composta:

Curvas de amortização de ágio

Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI	Ano	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2010	0,04930	0,04133	0,04184	0,05830	0,09702	2022	0,03130	0,02666	0,02140	0,01220	0,00986
2011	0,04930	0,03983	0,04033	0,05320	0,08710	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	0,00847
2012	0,04750	0,03842	0,03641	0,04640	0,07771	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	0,00727
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	0,06660	2025	0,02680	0,02336	0,01773		0,00625
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	0,05944	2026	0,02540	0,02235	0,01690		0,00536
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	0,05205	2027		0,02138	0,01690		0,00461
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	0,04534	2028			0,01476		0,00396
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	0,02878	2029					0,00340
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	0,01883	2030					0,00292
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	0,01558	2031					0,00250
2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	0,01338	2032					0,00215
2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	0,01149	2033					0,00185

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei, sem contingência passiva provisionada.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Ref.	Controladora			Consolidado		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Trabalhistas		1.858	1.707	1.587	88.278	79.566	63.981
Cíveis		-	-	-	41.449	30.307	24.146
Fiscais:							
IRRF sobre Juros sobre capital próprio	(1)	-	-	-	8.977	17.259	16.574
Incentivo Fiscal SUDENE		-	-	-	43.392	-	-
Pis/Cofins sobre Juros sobre capital próprio	(2)	71.373	-	-	71.373	-	-
Pis/Cofins		17.226	17.226	17.800	28.324	27.682	27.604
Outros		-	-		22.759	42.238	14.757
Total		90.457	18.933	19.387	304.552	197.052	147.062

(1) As controladas Coelba, Celpe e Cosern acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S.A. (Guaraniana à época), processo nº 2002.5101000216/4, na qual as controladas foram oficiadas a depositar os valores do imposto de renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio – JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas Coelba, Celpe e Cosern, em favor da Neoenergia S.A., que deveriam ser recolhidos à Receita Federal. Em julho de 2010 foi proferida decisão judicial favorável à União Federal e a mesma levantou o referido depósito. Em conseqüência disto, a Neoenergia registrou o respectivo crédito fiscal em 2010 no valor de R$ 19.661.

(2) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, devidamente atualizado, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

A controlada Termopernambuco também mantém, depósito em juízo de R$ 5.621 até o julgamento final do mérito, referente ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativo à prestação de serviço da Iberdrola Energia S.A.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. OUTROS CRÉDITOS

		Controladora			Consolidado		
	Ref.	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(1)	-	-	-	79.939	90.985	110.867
Adiantamentos a Empregados		106	119	95	2.534	9.735	8.375
Adiantamentos a Fornecedores		5.678	139	25	14.247	36.879	13.050
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	-	5.876	10.040	6.674
RGR a compensar		-	-	-	701	4.083	6.337
Precatório - Finsocial	(2)	-	-	-	10.845	12.986	11.718
Desativações em Curso		-	-	-	9.515	13.987	12.260
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(3)	-	-	-	24.921	20.367	13.334
Adiantamentos		-	11.100	-	27	11.100	-
Fundos viculados		-	70.097	64.913	29.419	92.801	86.256
Serviços em curso		-	-	-	96.588	35.232	29.930
MCSD Ex Post		-	-	-	-	12.338	-
Outros créditos a receber		7.176	1.591	49	81.679	30.317	24.617
Total		12.960	83.045	65.082	356.291	380.850	323.418
Circulante		330	70.414	65.067	288.130	343.743	298.176
Não Circulante		12.630	12.631	15	68.161	37.107	25.242

(1) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional das controladas Coelba, Celpe e Cosern.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(2) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela controlada Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 5 (cinco) primeiras parcelas anuais.

(3) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

14. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Ações possuídas (em milhares) Preferenciais	Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no período
COELBA		31/12/10	98.122	67.179	87,84	542.163	2.376.712	945.719
		31/12/09	98.122	67.179	87,84	542.163	2.120.467	887.625
CELPE		31/12/10	66.023	864	89,65	590.174	1.551.371	448.291
		31/12/09	66.023	864	89,65	590.174	1.405.834	586.949
COSERN		31/12/10	110.782	31.153	84,45	179.787	719.912	253.664
		31/12/09	110.782	31.153	84,45	179.787	658.190	244.788
TERMOPE		31/12/10	214.570	-	100,00	214.570	404.364	86.651
		31/12/09	214.570	-	100,00	214.570	437.689	144.551
TERMOAÇU	(1)	31/12/10	290.047	-	23,13	699.737	718.584	9.284
		31/12/09	290.047	-	23,93	699.737	709.300	6.832
NC ENERGIA		31/12/10	13.600	-	100,00	13.600	44.348	49.082
		31/12/09	13.600	-	100,00	13.600	43.061	21.040
ITAPEBI		31/12/10	44.100	-	42,00	105.000	336.836	141.763
		31/12/09	44.100	-	42,00	105.000	300.266	141.898
NEOSERV	(2)	31/12/10	1	-	100,00	726	4.951	2.226
		31/12/09	1	-	100,00	726	3.268	1.672
AFLUENTE	(3)	31/12/09	9.812	6.718	87,84	94.000	100.404	28.271
AFLUENTE GERAÇÃO	(3)	31/12/10	98.122	67.179	87,84	30.916	40.791	6.315
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(3)	31/12/10	55.416	-	87,84	63.084	78.904	19.323
BAGUARI I	(4)	31/12/10	87.133	-	100,00	87.133	91.533	14.146
		31/12/09	76.000	-	100,00	87.133	78.755	(3.830)
GOIAS SUL	(5)	31/12/10	109.643	-	100,00	109.643	101.772	(7.403)
		31/12/09	109.643	-	100,00	109.643	109.208	(435)
GERAÇÃO C III	(6)	31/12/10	128.566	-	100,00	128.566	129.623	13.168
		31/12/09	70.265	-	100,00	128.566	118.795	(17)
AGUAS DA PEDRA	(7)	31/12/10	145.557	-	51,00	253.000	248.749	(2.009)
		31/12/09	145.557	-	51,00	253.000	250.758	(2.242)
RIO PCH I	(8)	31/12/10	74.166	-	75,00	105.951	106.386	5.191
		31/12/09	74.166	-	75,00	105.951	101.329	(4.577)
BAHIA PCH I	(9)	31/12/10	49.174	-	100,00	49.174	56.234	9.197
		31/12/09	49.174	-	100,00	49.174	49.979	805
NEOINVEST		31/12/10	24.200	-	100,00	24.200	22.104	(2.058)
		31/12/09	1	-	100,00	18.400	18.360	(41)
GARTER		31/12/10	1	-	100,00	-	48	(9)
		31/12/09	1	-	100,00	-	60	(10)
SE NARANDIBA		31/12/10	16.000	-	100,00	16.000	15.916	(73)
		31/12/09	1	-	100,00	16.000	15.990	(10)
GERAÇÃO CÉU AZUL		31/12/10	1	-	100,00	366	47	(287)
		31/12/09	1	-	100,00	366	338	(28)
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(10)	31/12/10	198.001	-	100,00	200.001	204.457	5.843
		31/12/09	-	-	-	-	-	-

(1) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobrás. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada

Notas Explicativas

na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um Acordo de Cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Investimentos - ações	259.124	256.983	254.346
Ágio	31.738	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(49.186)	(50.141)	(34.578)
Investimento líquido	241.676	238.581	251.507

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, não prevê perdas adicionais às já registradas. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(2) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Companhia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA - NEOSERV. A Companhia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(3) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e conseqüentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse.

Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente.

A cisão parcial da Afluente-G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente-T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(4) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 81,4 MW médios. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(5) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora. As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010. A previsão para entrada em operação da PCH da Nova Aurora é para janeiro de 2011.

(6) GERAÇÃO C III

A Geração C III S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW e energia assegurada de 50,9 MW

Notas Explicativas

médios. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(7) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), ELETRONORTE, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO) é responsável pela construção da UHE Dardanelos. Posteriormente, a Neoenergia assumiu a investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%. De acordo com o cronograma de construção a entrada em operação está prevista para fevereiro de 2011.

(8) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 75% e os 25% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., onde estão implantadas as Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A PCH Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(9) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia à partir de dezembro de 2009 para sustentar o lastro do início do período de suprimento, conforme contrato bilateral.

(10) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% da BELO MONTE PARTICIPAÇÕES. A BELO MONTE PARTICIPAÇÕES ingressou no Consórcio Norte Energia com a participação de 10%, para a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2008	Aumento (redução) de capital	Perda de Capital	Equivalência sobre outros resultados abrangentes das controladas	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2009
COELBA	2.169.143	-	-	(2.697)	777.439	(41.968)	(546.162)	2.355.755
CELPE	1.653.991	-	-	(942)	524.294	(43.940)	(332.286)	1.801.118
COSERN	707.048	-	-	(685)	205.357	(16.112)	(118.660)	776.948
TERMOPE	392.844	-	-	-	144.507	(5.727)	(58.360)	473.265
ITAPEBI	151.400	-	-	-	59.597	(3.791)	(48.247)	158.959
AFLUENTE	95.849	-		-	28.912	-	(25.378)	99.382
BAGUARI I	75.400	11.133	-	-	(7.778)	-	0	78.756
GOIAS SUL	47.968	61.643	-	-	(435)	-	0	109.176
TERMOAÇU	251.507	(10.222)	(5.340)	-	2.636	-	0	238.581
NEOSERV	-	-	-	-	(146)	-	2.596	2.450
GERAÇÃO CIII	69.774	58.301	-	-	(9.281)	-	0	118.795
RIO PCH I	48.294	43.199	-	-	(3.447)	-	(0)	88.046
AGUAS DA PEDRA	129.030	-	-	-	(1.143)	-	0	127.887
NC ENERGIA	43.137	-	-	-	22.774	-	(22.850)	43.061
BAHIA PCH I	161	48.248	-	-	1.570	-	(765)	49.214
SE NARANDIBA	-	16.000	-	-	(9)	-	(0)	15.991
GERAÇÃO CÉU AZUL	-	365	-	-	(21)	-	(0)	344
NEOINVEST	-	18.400	-	-	(38)	-	-	18.362
GARTER	-	90	-	-	(100)	-	-	(10)
TOTAL	**5.835.547**	**247.159**	**(5.340)**	**(4.324)**	**1.744.689**	**(111.536)**	**(1.150.110)**	**6.556.080**

	Saldos em 31 de dezembro de 2009	Aumento de capital	Equivalência sobre outros resultados abrangentes das controladas	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2010
COELBA	2.355.755	-	20.121	833.753	(36.390)	(628.973)	2.544.266
CELPE	1.801.118	-	-	401.566	(40.915)	(271.346)	1.890.423
COSERN	776.948	-	5.349	213.898	(16.169)	(167.373)	812.653
TERMOPE	473.265	-	-	86.652	(5.028)	(119.976)	434.912
ITAPEBI	158.959	-	-	59.540	(3.424)	(47.089)	167.986
BAGUARI I	78.755	-	-	14.149	-	(1.371)	91.533
GOIAS SUL	109.176	-	-	(7.404)	-	-	101.772
TERMOAÇU	238.581	-	-	3.095	-	-	241.676
NEOSERV	2.450	-	-	(2.400)	-	-	50
GERAÇÃO CIII	118.795	-	-	13.168	-	(2.340)	129.623
RIO PCH I	88.046	-	-	3.793	-	-	91.839
AGUAS DA PEDRA	127.887	-	-	(1.025)	-	(0)	126.862
NC ENERGIA	43.061	-	-	39.082	-	(37.795)	44.348
BAHIA PCH I	49.214	-	-	12.860	-	(5.840)	56.234
SE NARANDIBA	15.991	-	-	(75)	-	(0)	15.916
GERAÇÃO CÉU AZUL	344	-	-	(298)	-	(0)	46
NEOINVEST	18.362	5.800	-	(2.058)	-	-	22.104
GARTER	(9)	-	-	59	-	-	50
PCH ALTO RIO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO	43.015	-	-	6.502	-	(13.685)	35.832
AFLUENTE TRANSMISSÃO	56.367	-	-	16.974	-	(4.029)	69.312
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	-	198.001	-	4.411	-	-	202.412
TOTAL	**6.556.080**	**203.801**	**25.470**	**1.696.242**	**(101.927)**	**(1.299.817)**	**7.079.849**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	31/12/10					31/12/09	01/01/09
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço							
Terrenos		33.529	-	-	33.529	228.690	114.860
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,43%	1.243.391	(179.604)	-	1.063.787	948.491	565.391
Máquinas e Equipamentos	4,44%	1.182.169	(291.811)	(15.472)	874.886	954.203	966.858
Veículos	11,43%	1.520	(709)	-	811	768	458
Móveis e Utensílios	8,08%	5.276	(1.378)	-	3.898	1.242	1.263
Outros		64.125	(11.821)	-	52.304	123.009	51.613
Subtotal		2.530.010	(485.323)	(15.472)	2.029.215	2.256.403	1.700.443
Em curso					-		
Terrenos		58.312	-	-	58.312	18.430	45.294
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		630.646	(1.187)	-	629.459	693.242	844.482
Máquinas e Equipamentos		418.928	(783)	-	418.145	96.565	52.200
Veículos		168	-	-	168	100	238
Móveis e Utensílios		65	-	-	65	136	181
Material em Depósito		62.689	(2)	-	62.687	21.290	21.694
Outros		434.071	-	-	434.071	272.013	250.974
Subtotal		1.604.879	(1.972)	-	1.602.907	1.101.776	1.215.063
Total		4.134.889	(487.295)	(15.472)	3.632.122	3.358.179	2.915.506

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

16. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COELBA, CELPE e COSERN (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 17).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da COELBA, CELPE e COSERN é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Imobilizado	Intangível	Ativo indenizável (Concessão)
Saldos originalmente publicados em 1º de janeiro de 2009	4.011.192	248.844	-
Reclassificação das obrigações pendentes de recebimento para contas a receber	10.342	-	-
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com o ICPC 10 e OCPC 05	(4.021.534)	3.750.980	270.554
Mensuração a valor justo do ativo financeiro - concessão	-	(162.383)	162.383
Saldos reapresentados de acordo com o ICPC 10 e OCPC 05	-	3.837.441	432.937

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	432.937
Adições	77.375
Baixas	(5.367)
Ajuste - Valor Justo	(7.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	497.509
Adições	148.620
Baixas	(989)
Ajuste - Valor Justo	56.268
Saldo em 31 de dezembro de 2010	701.407

As concessões de distribuição da Companhia não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

17. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/10				31/12/09	01/01/09
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço						
Direito de uso da concessão	5.545.225	(911.619)	(349.642)	4.283.964	3.682.829	3.428.086
Ágio atribuído a concessão	2.290.762	(1.060.235)	-	1.230.527	1.310.362	1.388.525
Outros	3.842.701	(2.157.713)	(1.584.880)	100.108	93.455	15.516
Em Curso						
Direito de uso da concessão	644.479	-	(3.835)	640.644	755.266	409.355
Outros	193.849	(86)	(217.247)	(23.484)	(11.647)	54.175
Total	12.517.016	(4.129.653)	(2.155.604)	6.231.759	5.830.265	5.295.657

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	3.428.086	-	-	3.428.086	409.355	-	409.355	3.837.441
Adições	-	-	(6.341)	(6.341)	1.246.316	(205.384)	1.040.932	1.034.591
Baixas	(24.052)	12.611	4.630	(6.811)	(1.569)	-	(1.569)	(8.380)
Amortização	-	(412.394)	88.304	(324.090)	-	-	-	(324.090)
Transferências	852.683	(203)	(260.495)	591.985	(894.655)	201.203	(693.452)	(101.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.256.717	(399.986)	(173.902)	3.682.829	759.447	(4.181)	755.266	4.438.095
Adições	-	-	(1.037)	(1.037)	1.379.197	(293.836)	1.085.361	1.084.324
Baixas	(16.695)	7.403	-	(9.292)	(2.840)	-	(2.840)	(12.132)
Amortização	-	(517.777)	107.950	(409.827)	-	-	-	(409.827)
Transferências	1.305.203	(1.259)	(282.653)	1.021.291	(1.491.325)	294.182	(1.197.143)	(175.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.545.225	(911.619)	(349.642)	4.283.964	644.479	(3.835)	640.644	4.924.608

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da COELBA, CELPE e COSERN entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (Vide nota explicativa nº 16).

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31% na COELBA, CELPE e COSERN, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na COELBA e COSERN, a partir de abril de 2008 e na CELPE, a partir de abril de 2009).

Notas Explicativas

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

18. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 é como segue:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Energia Elétrica:			
Terceiros	228.116	153.658	129.071
Partes Relacionadas	123.410	142.380	202.638
Subtotal	351.526	296.038	331.709
Encargos de Uso da Rede	62.777	62.037	43.911
Materiais e Serviços	234.521	226.930	217.927
Energia Livre	123.218	43.754	21.397
Total	772.042	628.759	614.944
Passivo Circulante	759.320	620.531	610.770
Passivo Não Circulante	12.722	8.228	4.174

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado						
	Taxa	Encargos		Principal		Total		
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Moeda nacional								
União - BNDES/ Eletrobrás	TJLP + 9,16% a.a.	-	-	-	-	-	37.533	12.235
Subtotal - União - BNDES/ Eletrobrás	/ IGPM + 9,16%	-	-	-	-	-	37.533	12.235
Banco do Nordeste	10% a.a.	69	-	10.923	20.936	31.928	42.793	66.532
Subtotal - Banco do Nordeste		69	-	10.923	20.936	31.928	42.793	66.532
BNB	10% a 10,50% a.a. /	960	-	70.698	280.453	352.111	366.882	390.208
(-) Custos de transação	TJLP + 3,21% a.a.	-	-	(1.334)	(4.172)	(5.506)	(1.982)	(2.507)
Subtotal - BNB		960	-	69.364	276.281	346.605	364.900	387.701
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	99	-	13.442	120.980	134.521	134.564	65.500
(-) Custos de transação		-	-	(166)	(347)	(513)	(7)	-
Subtotal - BNB 6		99	-	13.276	120.633	134.008	134.557	65.500
BNDES	4,25% a 4,50% a.a.	3.142	8.329	136.028	1.191.404	1.338.903	1.343.442	1.059.106
(-) Custos de transação	/ TJPL + 2,12% a	-	-	(600)	(2.300)	(2.900)	(3.500)	(4.100)
Subtotal - BNDES	3,12% a.a.	3.142	8.329	135.428	1.189.104	1.336.003	1.339.942	1.055.006
BNDES Emergencial	Selic + 1% a.a.	-	-	-	-	-	33.272	56.829
Subtotal - BNDES Emergencial		-	-	-	-	-	33.272	56.829
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a.	1.898	-	157.587	475.069	634.554	498.816	550.765
(-) Custos de transação	/ TJLP + 3,12% a	-	-	(55)	(84)	(139)	(198)	-
Subtotal - BNDES FINEM	4,30% a.a.	1.898	-	157.532	474.985	634.415	498.618	550.765
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	16	-	53.940	228.261	282.217	320.970	336.314
(-) Custos de transação		-	-	2.872	14.063	16.935	-	-
Subtotal - Eletrobrás		16	-	56.812	242.324	299.152	320.970	336.314
FINEP		202	-	8.644	83.328	92.174	37.724	14.159
(-) Custos de transação	TJLP + 2% a 5%	-	-	(190)	(549)	(739)	(297)	-
Operações com Swap	a.a. / 5% a 5,27%	86	3.494	-	-	3.580	-	-
Subtotal - FINEP	a.a.	288	3.494	8.454	82.779	95.015	37.427	14.159
BNP Paribas		17	-	18.000	-	18.017	-	-
Subtotal - BNP Paribas		17	-	18.000	-	18.017	-	-
Banco do Brasil	12,15% a 15,6%	22.606	12.370	-	829.548	864.524	-	32.687
(-) Custos de transação	a.a. / CDI + 1% a.a.	-	-	(3.961)	(10.473)	(14.434)	-	-
Operações com Swap		-	-	(209)	(14.424)	(14.633)	-	-
Subtotal - Banco do Brasil		22.606	12.370	(4.170)	804.651	835.457	-	32.687
Outros	2% a.a. / 5,5% a.a.	-	-	21	48	69	85	145
Subtotal - Outros		-	-	21	48	69	85	145
Total moeda nacional		**29.095**	**24.193**	**465.640**	**3.211.741**	**3.730.669**	**2.810.097**	**2.577.873**
Moeda estrangeira								
Banco do Brasil		-	-	-	-	-	-	1.206
Subtotal - Banco do Brasil		-	-	-	-	-	-	1.206
Banco Interamericano Desenvolvimento – BID	VC + 3% a.a.	10	-	1.206	-	1.216	3.970	8.677
Operações com Swap		-	-	1.168	-	1.168	3.146	2.234
Subtotal - Banco Interamericano Desenvolvimento – BID		10	-	2.374	-	2.384	7.116	10.911
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	2% a.a. / 4,5% a.a.	4	-	1.122	5.790	6.916	9.506	13.228
Operações com Swap		-	-	246	424	670	(668)	(3.030)
Subtotal - Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW		4	-	1.368	6.214	7.586	8.838	10.198
Títulos Externos	Libor + 1,87% a.a.	-	-	5.748	228.703	234.451	256.044	332.980
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	(635)	(1.016)
Operações com Swap		339	-	40.746	19.781	60.866	61.547	(8.040)
Subtotal - Títulos Externos		339	-	46.494	248.484	295.317	316.956	323.924
Total moeda estrangeira		**353**	**-**	**50.236**	**254.698**	**305.287**	**332.910**	**346.239**
Total		**29.448**	**24.193**	**515.876**	**3.466.439**	**4.035.956**	**3.143.007**	**2.924.112**

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

(a) Captações de recursos:

Coelba

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 10.374, para financiamento de investimentos, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R$ 43.882, para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 138.000, referente ao financiamento dos investimentos realizados em 2010, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010.

Banco do Brasil no montante de R$ 300.000 referente a financiamento do capital de giro da Companhia, proveniente de Nota de Crédito Comercial (NCC) com prazo de 5 anos, a ser amortizado em prestação única na data do vencimento, com custo de CDI + 1% a.a e juros pagos semestralmente.

Banco do Brasil no montante de R$ 100.000 referente a financiamento do capital de giro da Companhia, proveniente de Nota de Crédito Comercial (NCC) com prazo de 4 anos, a ser amortizado em prestação única na data do vencimento, com custo de 12,149% a.a e juros pagos juntamente com a prestação do principal. Em contexto com essa operação foi contratado swap de proteção de taxa de juros para este financiamento, trocando a taxa pré-fixada por 99,50% da taxa DI.

Títulos Externos renegociados no montante de US$ 150.000.000, junto a um Sindicato de Bancos liderado pelo Citibank e o Banco do Brasil, alongando o seu prazo para junho de 2015, a serem amortizados em 3 parcelas semestrais a partir de junho de 2014, com custo de libor + 1,875% a.a e juros pagos semestralmente. Em conexão com a renegociação dos Títulos Externos no montante de US$ 150 milhões, realizada em junho de 2010, foram contratados a termo swaps de proteção cambial junto ao Citibank, Bank of América e BNP Paribas.

Banco do Brasil no montante de R$ 90.000 referente a financiamento do capital de giro da empresa, proveniente de Nota de Crédito Comercial (NCC) com prazo de 2 anos, a ser amortizado em prestação única na data do vencimento, com custo de 11,80% a.a e juros pagos juntamente com a prestação do principal.

Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a 1ª parcela no montante de R$ 40.590 para financiamento dos investimentos realizados em 2010, proveniente do Contrato de Abertura de

Notas Explicativas

Crédito no valor de R$ 284.132, assinado em setembro de 2010, com prazo de 8 anos, a ser amortizado em 72 parcelas mensais a partir de outubro de 2012, com custo de 10% a.a. e juros pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente após a carência. Foram dadas como garantia a este financiamento centralização de recebíveis, fundo de liquidez e aval da Neoenergia.

Celpe

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: A Companhia recebeu o volume de R$ 90.475 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados entre 2009 e 2010, provenientes do Contrato de Financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: A Companhia recebeu R$ 7.618 da FINEP para financiar o seu Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em Outubro de 2009.

Banco do Brasil – BB: A Companhia recebeu R$ 145 do BB referente a uma linha de crédito rural do Banco para o pré-pagamento de algumas dívidas de custo mais elevado.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R$ 6.718 da Eletrobrás para cobertura financeira do custo de recuperação do sistema elétrico da Celpe danificado em decorrências das chuvas na zona da mata do Estado no mês de junho de 2010. O contrato foi assinado em Outubro de 2010.

BNP Paribas – A Companhia fez uso da conta garantida mantida junto ao BNP Paribas no volume de R$ 18.000 em dezembro de 2010.

Cosern

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R$ 9.606, para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 26.556, referente ao financiamento dos investimentos realizados em 2010, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2010.

Banco do Brasil no montante de R$ 97.000 referente a financiamento do capital de giro da Companhia, proveniente de Nota de Crédito Comercial (NCC) com prazo de 5 anos, a ser amortizado em prestação única na data do vencimento, com custo de CDI + 1% a.a e juros pagos semestralmente.

Banco do Brasil no montante de R$ 53.000 referente a financiamento do capital de giro da empresa, proveniente de Nota de Crédito Comercial (NCC) com prazo de 4 anos, a ser

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

amortizado em prestação única na data do vencimento, com custo de 12,149% a.a e juros pagos juntamente com a prestação do principal. Em contexto com essa operação foi contratado swap de proteção de taxa de juros para este financiamento, trocando a taxa pré-fixada por 99,50% da taxa DI.

(b) Condições Restritivas Financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Condições contratuais dos empréstimos das controladas em 31 de dezembro de 2010:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
UNIÃO - BNDES	30/03/94	R$	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.		2014	Recebíveis
UNIÃO - ELETROBRÁS	30/03/94	R$	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	*TJLP+ 10,236% a.a.		2014	Recebíveis
BB REN ME	30/12/97	US$	Acordo Dívida Externa	4,0% a 8,0% a.a.		2024	
BB REN MN - BNDES	01/03/94	R$	Pgto BNDES	TJLP + 9,16% a.a.	Não aplicável	2014	Contrato Liquidado
BB REN MN - ELETROBRÁS	01/03/94	R$	Pgto Eletrobrás	IGPM + 9,16% a.a.	Não aplicável	2014	Contrato Liquidado
BID	23/03/86	US$	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia - 2ª Etapa	3,0% a.a.+ vc	CDI - 6% a.a.	2011	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária
BNB	29/11/04	R$	Programa de Investimentos em Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2012	Centralização recebíveis, Hipoteca, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB 1	30/11/04	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 1	30/11/04	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 3	29/12/05	R$	Eletrificação	11,5% a.a.		2012	
BNB 3	29/12/05	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2012	Fiança Bancária, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 5	16/04/08	R$	Giro	13,11% a.a.		2009	
BNB 6	27/06/08	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	10% a.a.		2016	
BNB 6	27/06/08	R$	Eletrificação	10% a.a.	Não aplicável	2016	Recebíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB I	23/12/04	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB II	27/11/06	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2014	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB III	30/11/07	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	Não aplicável	2022	Aval Neoenregia/Recebíveis/Fundo Liquidez
BNB IV	27/06/08	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNB V	22/08/08	R$	Melhoramento em Redes de Transmissão e Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2016	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNDES	24/12/01	R$	Construção da UHE Itapebi	TJLP + 4,50% a.a.	Não aplicável	2013	Conta Reserva
BNDES	24/12/01	R$	Construção da UHE Itapebi	TJLP + 4,25% a.a.	Não aplicável	2013	Conta Reserva
BNDES	30/06/05	R$	Construção Usina	6,625% a.a. acima da TJLP	Não aplicável	2015	
BNDES	30/11/07	R$	Construção Usina	TLP + 2,27%	Não aplicável	2024	
BNDES	30/06/08	R$	Construção Usina	TJLP + 1,91%	Não aplicável	2023	
BNDES	20/12/07	R$	Financiamento para construção da Usina	TJLP + 2,19% a.a	Não aplicável	2026	
BNDES	07/10/08	R$	Construção Usina	TJLP + 1,81% a.a	Não aplicável	2027	
BNDES	07/08/08	R$	Construção Usina	TJLP + 2,28% a.a	Não aplicável	2024	
BNDES 5 FINEM	09/06/05	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2010	
BNDES 6 FINEM (A)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES/ Emergencial	14/02/02	R$	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	Não aplicável	2010	Recebíveis
BNDES/FINEM	23/09/05	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2010	
BNDES/FINEM	04/10/06	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 4,30% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia e Conta Reserva
BNDES/FINEM	12/12/07	R$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 3,30% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Conta Reserva
BNDES/FINEM	16/03/09	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 aa TJLP + 3,12% a.a. 4,50% aa	Não aplicável	2015	
BNDES/FINEM	16/03/09	R$	Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 2,12 aa /TJLP + 3,12% a.a. / 4,50% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
CEF/COHAB	Diversos	R$	Eletrificação Conj. Habitacional	TR + 2 a 5,5% a.a.	Não aplicável	2014	Receita Própria, Aval Governo do Estado e Fiança Bancária.
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2016	Receita Própria.
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2017	Receita Própria.
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R$	Eletrificação Rural	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2012	Receita Própria.
ELETROBRÁS	1994 a 2007	R$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a e 6,5% a.a	Não aplicável	2019	
ELETROBRÁS	1999 a 2009	R$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5% a.a	Não aplicável	2022	Nota Promissória e Receita Própria
ELETROBRÁS	2001 a 2009	R$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	Não aplicável	2018	Recebíveis
FINEP	23/12/04	R$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP + 5% a. a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia.
FINEP	23/12/04	R$	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2011	
FINEP	23/12/04	R$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2011	Aval Neoenergia
FINEP	14/10/09	R$	Pesquisa e Desenvolvimento	(TJLP-6%) + 5% a a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia.
FINEP	14/10/09	R$	Projeto de Inovação	TJLP + 5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	2% a.a.	72,5% do CDI	2026	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	4,5% a.a.	92% do CDI	2016	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
TÍTULOS EXTERNOS	28/12/05	US$	Investimentos em Distribuição	Libor + 1,875% a.a. + vc	106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% do CDI	2015	Sem garantia
BB nº 342.901.057	04/05/10	R$	Capital de Giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BB nº 20/00852-X	06/05/10	R$	Capital de Giro/Renegociação de Dívida	12,149% aa	99,5% do CDI	2014	Sem garantia

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R$	Eletrificação Rural	UFIR+6% a.a.	Não aplicável	2012	Receita Própria.
BNDES 7 - FINEM (C3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (D3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 3,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (E3)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	4,5% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Rest. da Dívida	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Clean
BANCO DO BRASIL	23/03/10	R$	Capital de giro	CDI + 1% aa	Não aplicável	2015	Sem garantia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BNB	09/09/10	R$	Ampliação e Modernização de Redes de Distribuição	10% a.a.	Não aplicável	2018	Centralização recebíveis, Fundo de Liquidez e Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (Q4)	23/12/09	R$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira do consolidado desdobra-se da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
Moeda Nacional	R$	%	R$	%	R$	%
Juros pré-fixados	1.053.072	28,2%	533.973	19,0%	480.543	17,1%
UFIR	299.152	8,0%	320.970	11,4%	336.168	12,0%
FINEL	3.580	0,1%	-	0,0%	147	0,0%
IGP-M	-	0,0%	32.729	1,2%	39.253	1,4%
TJLP	1.956.971	52,5%	1.889.068	67,2%	1.664.789	59,2%
TR	69	0,0%	85	0,0%	145	0,0%
CDI	417.826	11,2%	-	0,0%	-	0,0%
SELIC	-	0,0%	33.272	1,2%	56.828	2,0%
Total	3.730.670		2.810.097		2.577.873	
Principal	3.677.382		2.792.658		2.563.127	
Encargos	53.288		17.439		14.746	

	Consolidado								
	31/12/10			31/12/09			01/01/09		
Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	R$	%	Moeda de Origem	R$	%	Moeda de Origem	R$	%
Dólar norte americano	178.467	297.701	97,5%	186.072	324.029	97,3%	143.832	336.070	97,1%
Euro	3.405	7.586	2,5%	3.791	8.881	2,7%	4.007	10.169	2,9%
Total		305.287			332.910			346.239	
Principal		304.934			332.827			346.222	
Encargos		353			83			17	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Variação %		
Moeda / Indexador	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Dólar norte-americano	(4,31)	(25,49)	31,94
IGP-M	11,32	(1,71)	9,81
FINEL	3,17	(0,35)	1,90
TJLP	6,00	6,12	6,25
CDI	9,74	9,88	12,38
SELIC	9,77	11,99	12,48
TR	0,60	0,71	1,63

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Consolidado								
	31/12/10			31/12/09			01/01/09		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2011	-	-	-	487.201	(1.392)	485.809	683.267	(1.998)	681.269
2012	571.412	5.645	577.057	468.171	(1.192)	466.979	428.597	(1.198)	427.399
2013	355.689	(5.172)	350.517	310.317	(981)	309.336	297.189	(983)	296.206
2014	784.911	(4.313)	780.598	233.941	(846)	233.095	182.917	(841)	182.076
2015	750.710	(2.022)	748.688	673.017	(635)	672.382	311.118	(722)	310.396
Após 2015	1.034.653	(881)	1.033.772	466.049	(75)	465.974	619.467	(517)	618.950
Total	3.497.375	(6.743)	3.490.632	2.638.696	(5.121)	2.633.575	2.522.555	(6.259)	2.516.296

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	406.455	2.171.389	1.361	344.907	2.924.112
Ingressos	89.656	560.545	-	-	650.201
Encargos	151.559	69.730	8.260	-	229.549
Variação monetária e cambial	193	1.165	(6.839)	(88.477)	(93.958)
Swap	1.723	-	48.572	72.485	122.780
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	4.683	4.683
Transferências	405.828	(405.828)	97.874	(97.672)	202
Amortizações e pagamentos de juros	(643.104)	-	(52.626)	-	(695.730)
(-) Custos de Transação	181	648	339	-	1.168
Saldos em 31 de dezembro de 2009	412.491	2.397.649	96.941	235.926	3.143.007
Ingressos	27.400	1.280.763	-	-	1.308.163
Encargos	214.718	66.598	5.864	-	287.180
Variação monetária e cambial	384	638	2.290	(14.657)	(11.345)
Swap	290	(3.489)	32.436	8.845	38.082
Efeito cumulativo marcação a mercado	(209)	573	(1.782)	(4.577)	(5.995)
Transferências	486.872	(486.872)	(32.529)	32.529	-
Amortizações e pagamentos de juros	(647.111)	72	(56.674)	-	(703.713)
(-) Custos de Transação	(100)	(19.998)	4.043	(3.368)	(19.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	494.735	3.235.934	50.589	254.698	4.035.958

20. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

							Consolidado					
							31/12/10				31/12/09	01/01/09
							Encargos	Principal				
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.			902	5.807	14.089	20.798	25.580	49.669
	(-) Custos de transação						-	(138)	(145)	(283)	(466)	(695)
	Operações com swap						-	14.737	33.880	48.617	49.471	51.580
	Subtotal - 3ª Emissão				11,62%	IGPM + 13,95% a.a.	902	20.406	47.824	69.132	74.585	100.554
	5ª Emissão	1ª					-	-	-	-	17.355	52.256
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(29)	-
	Subtotal - 5ª Emissão				10,79%	Não aplicável.	-	-	-	-	17.326	52.256
	5ª Emissão	2ª					12.793	100.000	-	112.793	105.598	111.487
	(-) Custos de transação						-	(77)	-	(77)	(254)	(630)
	Subtotal - 5ª Emissão				10,90%	Não aplicável.	12.793	99.923	-	112.716	105.344	110.857
	6ª Emissão	Única					2.955	78.641	235.958	317.554	356.544	357.849
	(-) Custos de transação						-	(542)	(705)	(1.247)	(1.942)	(2.666)
	Subtotal - 6ª Emissão				11,52%	Não aplicável.	2.955	78.099	235.253	316.307	354.602	355.183
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI			309	-	80.000	80.309	-	-
CELPE	1ª Emissão	Única					-	-	-	-	89.932	91.801
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(2.728)	(3.510)
	Subtotal - 1ª Emissão				17,11%		-	-	-	-	87.204	88.291
	2ª Emissão	1ª					5.423	97.959	195.918	299.300	347.900	350.550
	(-) Custos de transação						-	(1.111)	(807)	(1.918)	(3.508)	(5.213)
	Subtotal - 2ª Emissão				15,27%		5.423	96.848	195.111	297.382	344.392	345.337
	2ª Emissão	2ª					1.781	40.252	-	42.033	37.742	38.450
	(-) Custos de transação						-	(18)	-	(18)	(47)	(73)
	Subtotal - 2ª Emissão				18,62%	Não aplicável	1.781	40.234	-	42.015	37.695	38.377
	3ª Emissão	Única					646	85.000	85.000	170.646	170.410	170.540
	(-) Custos de transação						-	(177)	(76)	(253)	(463)	(673)
	Subtotal - 3ª Emissão				13,67%		646	84.823	84.924	170.393	169.947	169.867
COSERN	4ª Emissão	Única		105% do CDI			1.366	36.352	109.072	146.790	164.813	165.416
	(-) Custos de transação						-	(352)	(529)	(881)	(1.280)	(1.670)
	Subtotal - 4ª Emissão				11,50%	Não aplicável	1.366	36.000	108.543	145.909	163.533	163.746
TERMOPE	2ª emissão	1ª	40.000		CDI + 0,50% a.a.		2.788	72.000	316.000	390.788	402.242	403.356
	(-) Custos de transação						-	(339)	(1.168)	(1.507)	(1.507)	(1.507)
	Subtotal - 2ª emissão					Não aplicável	2.788	71.661	314.832	389.281	400.735	401.849
ITAPEBI	2ª Emissão	1ª	8.750	IGPM + 9,50% a.a	GPM + 9,71% a.a.		2.878	24.532	28.037	55.447	69.759	89.096
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(186)	-
	Subtotal - 2ª Emissão					Não aplicável	2.878	24.532	28.037	55.447	69.573	89.096
	2ª Emissão	2ª	8.750	IGPM + 9,50% a.a	GPM + 9,70% a.a.		379	24.976	27.225	52.580	66.858	81.628
	(-) Custos de transação						-	(159)	(113)	(272)	(224)	(518)
	Subtotal - 2ª Emissão					Não aplicável	379	24.817	27.112	52.308	66.634	81.110
Total							32.220	577.343	1.121.636	1.731.199	1.891.570	1.996.523

(a) Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures nas empresas Coelba e Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado				
	31/12/10			31/12/09	01/01/09
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Total Líquido	Total Líquido
2010				-	216.502
2011	-	-	-	576.088	575.261
2012	466.939	(1.749)	465.190	467.915	466.710
2013	416.847	(1.267)	415.580	344.361	342.640
2014	241.431	(565)	240.866	251.573	272.911
2015	-	-	-	23.844	-
Total	1.125.217	(3.581)	1.121.636	1.663.781	1.874.024

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	122.499	1.874.024	1.996.523
Ingressos	-	-	-
Encargos	192.588	-	192.588
Variação monetária e cambial	(2.688)	(11.789)	(14.477)
Swap	4.057	11.527	15.584
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(14.910)	(14.910)
Transferências	198.977	(198.977)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(288.260)	-	(288.260)
(-) Custos de transacao	616	3.906	4.522
Saldos em 31 de dezembro de 2009	227.789	1.663.781	1.891.570
Ingressos	-	80.274	80.274
Encargos	174.384	-	174.384
Variação monetária e cambial	12.412	16.372	28.784
Swap	4.328	9.220	13.548
Efeito cumulativo marcação a mercado	99	(677)	(578)
Transferências	651.455	(651.455)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(462.898)	-	(462.898)
(-) Custos de transação	1.994	4.121	6.115
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Salários	10.257	6.262	5.259
Encargos sociais	6.982	6.464	5.572
Provisões Férias e 13° salário	24.228	26.057	25.859
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13° salário	6.144	7.130	6.450
Provisão PLR	19.960	30.994	26.924
Outros	2.282	852	953
Total	69.853	77.759	71.017

22. TAXAS REGULAMENTARES

		Consolidado		
	Ref.	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Reserva Global de Reversão – RGR		17.467	7.411	6.615
Conta de Consumo de Combustível – CCC		31.934	4.341	27.514
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		5.317	4.593	3.939
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.496	3.944	21.416
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.983	1.469	8.843
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2)	88.264	74.380	77.711
Programa de Eficientização Energética - PEE	(1)	76.507	91.623	78.979
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(1)	1.492	1.742	1.533
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	1.523	1.453
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		12.482	594	1.791
Outros		605	13	-
Total		240.547	191.633	229.794
Passivo Circulante		152.702	99.731	165.543
Passivo Não Circulante		87.845	91.902	64.251

(1) As controladas Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008.

(2) A Lei n ˚ 9.991 de 24 de julho de 2000 que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica foi alterada pela Lei n˚ 12.111, de 9 de dezembro de 2009, visando a criação de um novo encargo setorial para ressarcimento de Estados e Municípios que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação do ICMS incidente sobre os combustíveis fósseis utilizados na geração de energia, em decorrência da interligação dos respectivos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional. O novo encargo equivale a 0,30% (trinta centésimos por cento) da receita operacional líquida das controladas Coelba, Celpe e Cosern e vigerá até 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Circulante						
Imposto de Renda - IR	11.161	13.773	5.013	25.628	38.242	15.282
Contribuição Social - CSLL	-	-	10	17.541	20.102	16.899
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	2	2	-	160.065	178.547	124.647
Programa de Integração Social - PIS	10.030	11.892	8.212	23.087	25.698	16.237
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	75.356	54.774	37.916	134.877	114.833	77.298
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	749	821	101	8.716	7.852	7.977
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	21	14	6	2.113	2.161	1.935
IOF	120	226	296	120	226	296
Imposto sobre Serviços - ISS	-	2	8	4.686	3.415	1.535
Outros	67	141	-	15.261	28.094	13.965
	97.506	81.645	51.563	392.093	419.171	276.071
Não-Circulante						
Imposto de Renda - IR	-	-	-	5.033	23.210	22.399
Contribuição Social - CSLL	-	-	-	1.283	-	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	-	4.058	3.938	6.761
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	1.026	978	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	391	371	-
Outros	-	-	-	-	-	3.132
	-	-	-	11.791	28.497	32.292
Total	97.506	81.645	51.563	403.884	447.668	308.363

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as declarações de juros sobre capital da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2010			
RCA de 18 de março de 2010	JSCP	94.134	16,0895328
AGO de 30 de março de 2010	Dividendos	103.200	17,6391080
RD de 14 de junho de 2010	JSCP	100.000	17,0921589
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	125.000	21,3651986
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP	111.000	18,9722963
		533.334	
2009			
RCA de 26 de março de 2009	JSCP	45.236	7,7318090
AGO de 31 de março de 2009	Dividendos	120.342	20,5690458
RCA de 25 de junho de 2009	JSCP	139.057	23,7678434
RCA de 30 de setembro de 2009	JSCP	100.000	17,0921589
RCA de 17 de dezembro de 2009	JSCP	140.000	23,9290224
		544.635	

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

	31/12/10	31/12/09	1/1/2009
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido			
Ações ordinárias	**5.850.636**	**5.850.636**	**5.850.636**
Total	**5.850.636**	**5.850.636**	**5.850.636**
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado			
Lucro líquido do exercício	1.777.984	1.829.973	1.474.274
Constituição da reserva legal	(88.900)	(79.322)	(73.714)
Base de cálculo do dividendo	**1.689.084**	**1.750.651**	**1.400.560**
Dividendos mínimos obrigatórios	422.271	437.663	350.140
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos:			
Juros sobre capital próprio	430.134	424.293	366.309
Total Bruto	**430.134**	**424.293**	**366.309**
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)	**(42.412)**	**(41.836)**	**(36.089)**

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda

A constituição da reserva legal, bem como o cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativos ao exercício de 2009 e 2008 foram efetuados a partir do lucro apurado conforme prática contábil vigente à época, cujas diferenças estão descritas na nota 4.

A formação dos saldos é como segue:

	Controladora
Saldos em 01 de janeiro de 2009	45.565
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	544.635
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(41.836)
Pagos no período	(422.168)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	126.196
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	533.334
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(42.412)
Pagos no período	(517.063)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	100.055

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

25. PROVISÕES

25.1 PROVISÕES PASSIVAS

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	63.587	80.724	19.161	19.868	183.340
Constituição	39.265	24.006	158	-	63.429
Baixas/reversao	(28.517)	(38.476)	(9.372)	(740)	(77.105)
Remuneração	7.580	9.547	1.401	-	18.528
Saldos em 31 de dezembro de 2009	81.915	75.801	11.348	19.128	188.192
Constituição	42.299	35.999	10.827	360	89.485
Baixas/reversao	(34.473)	(42.503)	(13.885)	(129)	(90.990)
Remuneração	8.655	10.460	769	203	20.087
Saldos em 31 de dezembro de 2010	98.396	79.757	9.059	19.562	206.774

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado		
				31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ex-empregados da Companhia	34.781	1ª, 2ª e 3ª	Provável	34.983	35.734	29.295
	163.334	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	31.712	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	45.035	1ª, 2ª e 3ª	Provável	45.036	34.512	24.362
	111.708	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	73.070	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Empregados	18.377	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18.377	11.669	9.930
	56.330	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	672	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total	535.019			98.396	81.915	63.587

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/10	31/12/09	01/01/09
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	20.178	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20.178	23.848	34.078
	3.897	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	3.146	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Indenização por perdas	34.275	1ª, 2ª e 3ª	Provável	34.275	33.582	35.039
	364.631	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	8.487	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Acidente terceiros/trabalho	8.528	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.528	6.617	4.851
	51.920	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	1.148	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Comerc. Energia e produtos	3.294	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.294	1.887	1.594
	46.516	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	489	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Irregularidade de consumo	7.240	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.240	3.936	253
	57.128	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	2.532	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Empréstimo compulsório	13	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13	12	10
	4.747	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	73	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Iluminação pública	4.271	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	1.298	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Negativação SPC e Serasa	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	9	203
	4	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	-					
Societário Ações	2.311	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.311	2.037	1.804
	1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
Racionamento de Energia Elétrica	13	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13	11	10
	1.745	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	8	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Outras	3.905	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.905	3.862	2.882
	44.502	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	2.828	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total	679.128			79.757	75.801	80.724

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Clientes – Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por Perdas – Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros/trabalho – Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

Comercialização de Energia, Serviços e Produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/10	31/12/09	01/01/09
ICMS	125	1ª, 2ª e 3ª	Provável	124	116	106
	206.385	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
ISS	2.635	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.308	2.193	4.667
	58.217	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	1.675	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
CPMF	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-	-
	2.700	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	4.130	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
CSLL	1.928	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184	184
	20.635	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
TLF/IPTU	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	-	-
	2.784	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	2.122	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
REFIS	15.508	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
PIS/COFINS	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-	1.734
	130.804	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	571	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
COFINS	1.857	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	383	1.166
	13.213	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	17.697	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
IRPJ	2.451	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490	490
	952.360	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	7.871	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
INSS	4.399	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.399	4.273	5.668
	7.446	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
ITD S/Doações recebidas	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	3	-
	1.503	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	241	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
CIDE	4.361	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	391	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Taxas Diversas	8.782	Administrativa	Possível	-	-	-
	3.874	Administrativa	Remota	-	-	-
						-
Incentivo Fiscal Sudene	62.128	Judicial	Possível	-	-	-
Outras	1.180	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.180	3.706	5.146
	55.288	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	-
	1.046	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total	1.596.310			9.059	11.348	19.161

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos. Na Celpe refere-se a autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções. Na controlada Coelba, refere-se aos Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. Além do Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação

ISS – A controlada Coelba apresentou impugnação aos autos de infração, e constituiu a provisão contábil dos processos em que não existem jurisprudências favoráveis à tese. Os processos que existem jurisprudências favoráveis estão classificadas como possíveis e não houve constituição de provisão. Na controlada Celpe, refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na controlada Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

CPMF – Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A controlada procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A controlada impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

CSLL – Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração do ano calendário 2003, em virtude da exclusão da depreciação dos ativos imobilizados majorados pela correção monetária complementar (IPC/BTNF), adicionada indevidamente em anos anteriores na base de cálculo da CSLL. A

Notas Explicativas

controlada Coelba entende ser indevida a sanção realizada pelo Fisco Federal, por isso, apresentou impugnação administrativa.

IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

REFIS – Referente ao parcelamento alternativo REFIS, na controlada Coelba, com vigência de cinco anos e que teve a última parcela paga em março de 2005. Entretanto, a Receita Federal alega que existe uma diferença entre o valor do débito consolidado e o declarado pela controlada, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa. A controlada impetrou Ação Anulatória com pedido de Antecipação de Tutela, com objetivo de extinguir o saldo devedor exigido e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Porém, o pleito foi indeferido pelo juízo de primeiro grau ensejando recurso à instância superior, no qual a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até que haja o julgamento do mérito da ação. Em dezembro de 2009, o juízo do primeiro grau proferiu sentença, acolhendo parcialmente o pedido da controlada. Em decorrência foi interposto o recurso de Apelação para o Tribunal Regional Federal. Concomitantemente, foi proposta e deferida pelo TRF, medida cautelar visando a manutenção da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

PIS/COFINS – Correspondem a Autos de Infração contra a controlada Coelba, lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9.718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

COFINS – Refere-se ao processo judicial argüindo pela Cosern a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a controlada protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

IRPJ - Refere-se a autos de infração contra a Celpe, nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. O incremento ocorrido no trimestre refere-se à constituição de provisão relativa a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os juros e multa de mora para o qual obtivemos decisão liminar nos autos do Mandado de Segurança

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

n.º 0000050-30.2010.4.05.8300. Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na controlada Coelba, referem-se a notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, sob a alegação de que a controlada não apresentou os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que lhes prestou serviços. A controlada apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito só pode ocorrer após a constatação de descumprimento da obrigação pelo devedor principal, mas, como em alguns processos não possui em arquivo a documentação comprobatória exigida pelo INSS, conservadoramente, realizou a provisão dos respectivos valores. Em relação aos processos que a controlada possui a documentação suporte exigida pelo FISCO, não houve constituição de provisão.

ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária a incidência do referido imposto sobre essas operações.

CIDE - Auto de infração pela falta de recolhimento. Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE, A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Taxas diversas – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

Incentivo Fiscal Sudene – Mandado de segurança impetrado pela controlada Coelba contra solução de consulta emitida pela Receita Federal, que contraria o procedimento adotado para apurar o incentivo fiscal SUDENE, o qual consiste na exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. A divergência abarca os fatos geradores de 2003 a agosto de 2010. Em virtude do risco de ocorrer o lançamento de ofício, a Companhia resolveu efetuar o depósito judicial do montante integral do tributo objeto da divergência e dessa forma, garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Atualmente o processo está sob análise do Tribunal Regional Federal – 1ª Região.

Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal,

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na controlada Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência Ambiental	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/10	31/12/09	01/01/09
	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-	-
Licença Ambiental	19.562	1ª, 2ª e 3ª	Possível	19.562	19.128	19.868
	-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	-
Total	19.562			19.562	19.128	19.868

A Administração da Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo, compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, a controlada desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

25.2. PROVISÕES ATIVAS

Fiscais

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Companhia e suas controladas Coelba, Cosern, Celpe e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. O montante total estimado de crédito a valores históricos é de R$ 61.263.

Consubstanciado na opinião dos consultores jurídicos que atribuem uma probabilidade de ganho praticamente certa para as ações judiciais da Companhia e suas controladas, as quais já transitaram em julgado, e conforme definido no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon, foram registrados contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, de acordo com a Deliberação CVM nº 489/05, o montante estimado de crédito pleiteado a valor nominal, correspondente a R$ 174.700.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado		
	Ref	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Consumidores	(1)	50.889	34.954	62.076
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		4	20	13
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(2)	11.580	14.725	22.462
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		9.750	6.428	13.827
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		304	669	884
Convênios		1.762	1.306	1.670
Adiantamento Estado		-	736	-
Caução em Garantia	(3)	61.964	34.563	23.189
FGTS Conta Empresa		336	336	905
Encargos CBEE		2.553	2.405	3.402
Taxa Iluminação Pública - TIP	(4)	8.410	10.582	6.798
Uso do bem público		22.253	22.379	13.271
Entidade de previdência privada		5.406	6.296	-
Adiantamentos recebidos		31.819	27.280	16.862
Outras		49.944	15.273	24.503
Total		256.974	177.952	189.862
Passivo circulante		228.285	139.025	131.742
Passivo Não Circulante		28.689	38.927	58.120

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(4) Taxa Iluminação Pública – TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
521 Participações S A	1.048.751	17,93%
BB - Banco de Investimentos S A	515.362	8,81%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price	185.965	3,18%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price II	193.556	3,30%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	323.858	5,54%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
521 Participações S A	849.490	17,93%
BB - Banco de Investimentos S A	417.444	8,81%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price	150.632	3,18%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price II	156.780	3,30%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	262.326	5,54%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de Lucro

Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de

Notas Explicativas

investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0155/2005	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0148/2005	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2010, os valores de R$ 166.364, R$ 65.521, R$ 41.656, R$ 27.632 e R$ 9.816 (R$ 148.248, R$ 82.898, R$ 33.758, R$ 26.765 e R$ 23.576 em 31 de dezembro de 2009 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 4, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 31 de dezembro de 2010, a Neoenegia S.A. mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 5.230.982 (R$ 4.297.540 em 31 de dezembro de 2009) a

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A, visando a realização de investimentos futuros.

28. **RECEITA BRUTA**

		Consolidado	
	Ref.	31/12/10	31/12/09
Fornecimento de Energia	(a)	4.762.896	4.535.440
Receita de operação e manutenção		4.666.025	4.462.951
Remuneração financeira wacc		96.870	72.489
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	236.275	86.700
Disponibilização do Sistema de Transmissão	(c)	6.541.357	5.835.729
Receita de operação e manutenção		6.514.217	5.815.436
Remuneração financeira wacc		27.140	20.293
Receita de Construção (vide nota explicativa 4, item 2a, sub-item 5)		1.103.528	1.032.256
Outras Receitas	(d)	185.641	146.152
Total		12.829.696	11.636.276

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Consumidores:						
Residencial	7.902.702	7.559.350	10.459.401	9.672.459	2.971.678	2.666.342
Industrial	40.217	39.716	6.112.227	6.763.848	2.433.564	2.249.276
Comercial	578.423	561.872	5.618.297	5.346.512	2.441.020	2.272.216
Rural	441.183	432.052	1.991.975	1.829.316	409.710	355.893
Poder Público	79.177	76.287	1.382.732	1.302.422	566.825	515.549
Iluminação Pública	25.937	25.739	1.280.741	1.275.373	269.991	267.425
Serviço Público	12.329	10.466	1.586.307	1.517.731	406.691	393.092
Consumo Próprio	668	693	296.573	77.335	41.853	6.640
Suprimento	102	36	532.004	6.673.759	968.453	955.011
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	12.438	7.150
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(6.259.310)	(5.676.247)
Subtotal	9.080.738	8.706.211	29.260.257	34.458.755	4.262.913	4.012.347
Acordo Geral do Setor Elétrico	-	-	-	-	(521)	9.774
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA	1.103.547	1.074.228	3.839.158	4.106.464	-	-
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	500.504	513.319
Total	10.184.285	9.780.439	33.099.415	38.565.219	4.762.896	4.535.440

(*) O exame dessas informações não está incluído no escopo dos auditores independentes.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

	31/12/10		31/12/09	
Venda	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
CCEE	1.662.944	246.686	1.422.227	73.609
Ajustes	-	(10.411)	(1)	13.091
Subtotal	1.662.944	236.275	1.422.226	86.700
Contratos Bilaterais	-	-	-	-
Total	1.662.944	236.275	1.422.226	86.700

(*) O exame dessas informações não está incluído no escopo dos auditores independentes.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	31/12/10	31/12/09
Receita de Uso da Rede Básica / Sistema de Conexão		282.047	159.482
Transfer. Atividade de Comercialização (Consumidores Cativos)	(1)	6.259.310	5.676.247
Total		6.541.357	5.835.729

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “tusd média” calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Renda da prestação de serviços	65.099	50.204
Arrendamentos e Aluguéis	50.072	47.439
Serviço taxado	9.823	10.226
Encargos CBEE	-	(5)
Taxa de iluminação pública	5.476	7.662
Custo de adm. na faturas de fraude	12.181	18.166
Outras receitas	42.990	12.460
Saldos em 31 de dezembro de 2010	185.641	146.152

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

29. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	Controladora		Consolidado	
Deduções da Receita Bruta	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Impostos:				
ICMS	-	-	(2.174.864)	(1.991.478)
PIS	(9)	-	(190.219)	(178.524)
COFINS	(44)	-	(923.057)	(801.118)
ISS	-	-	(6.429)	(4.853)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(90.725)	(81.219)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(60.164)	(55.211)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	(326.043)	(215.356)
Programa de Eficientização Energética - PEE	-	-	(36.295)	(33.236)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	(14.488)	(13.268)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(7.244)	(7.770)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(24.773)	(22.397)
Encargos do Consumidor - PROINFA	-	-	(2.919)	(2.183)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	(21.731)	-
Encargos - CBEE	-	-	1	(71)
Outros	-	-	(711)	(67)
Total	(53)	-	(3.879.660)	(3.406.751)

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		Consolidado				
		31/12/10				31/12/09
	Ref.	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Custos / Despesas Operacionais						
Pessoal	(a)	(146.946)	(94.829)	(146.309)	(388.084)	(368.197)
Administradores		-	-	(13.776)	(13.776)	(13.119)
Entidade de previdência privada		(13.040)	(5.463)	2.311	(16.192)	(7.396)
Material		(26.391)	(2.257)	(3.258)	(31.906)	(28.043)
Combustível para produção de energia		(147.957)	-	-	(147.957)	(75.034)
Serviços de terceiros		(260.373)	(167.406)	(158.126)	(585.905)	(442.024)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE		(12.028)	(6.620)	-	(18.648)	(17.796)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(5.701)	-	-	(5.701)	(7.050)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(3.016.489)	-	-	(3.016.489)	(2.636.358)
Encargos de uso do sistema transmissão	(c)	(510.525)	-	-	(510.525)	(464.067)
Depreciação e amortização	(d)	(384.833)	(44.040)	(45.648)	(474.521)	(393.516)
Arrendamentos e alugueis		(4.104)	(857)	(5.541)	(10.502)	(10.189)
Tributos		(1.468)	(1.683)	(2.569)	(5.720)	(6.423)
Provisões Líquidas - PCLD		(42.824)	(22.802)	-	(65.626)	(36.264)
Provisões Líquidas - Contingências		-	-	1.368	1.368	1.557
Provisões atuariais		-	-	14.682	14.682	4.606
Despesa de construção		(1.103.528)	-	-	(1.103.528)	(1.032.256)
Outros	(e)	(9.156)	(9.046)	(72.307)	(90.509)	(74.495)
Total custos / despesas operacionais		(5.685.363)	(355.003)	(429.173)	(6.469.539)	(5.607.355)

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Custo e Despesa de Pessoal

	Controladora		Consolidado	
Pessoal	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Remunerações	143	(350)	229.636	211.865
Encargos sociais	274	753	95.274	96.698
Auxílio alimentação	7	-	20.333	19.042
Convênio assistencial e outros benefícios	7	52	24.877	21.668
Incentivo à aposentadoria e PDV	20	-	677	5.963
Provisão para férias e 13º salário	0	37	49.771	47.348
Plano de saúde	20	8	16.519	21.029
Contencioso trabalhista	41	-	28.605	15.405
Participação nos resultados	52	-	40.847	62.233
Encerramento de ordem em curso	-	-	2.984	2.373
(-) Transferências para ordens	-	-	(121.440)	(135.428)
Total	564	500	388.084	368.197

b) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado			
	31/12/10		31/12/09	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	R$	MWh (*)	R$	MWh (*)
Terceiros	3.024.213	27.241.423	2.486.285	25.527.225
Partes Relacionadas	40.576	6.677.616	253.933	10.075.019
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	102.912	252.986	46.488	187.183
Proinfa	117.626	763.920	105.706	670.860
Encargos Serviço Sistema - ESS	52.603	-	41.908	-
Créditos de PIS e COFINS	(321.441)	-	(297.962)	-
Total	3.016.489	34.935.945	2.636.358	36.460.287

(*) O exame dessas informações não está incluído no escopo dos auditores independentes.

c) Custo com Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	Consolidado	
Encargos de uso do sistema de transmissão	31/12/10	31/12/09
Terceiros	484.032	439.826
Partes Relacionadas	10.774	18.163
Parcela de ajuste (transmissoras)	(356)	-
Crédito PIS / COFINS	(46.545)	(46.903)
Outros	62.620	52.981
Total	510.525	464.067

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Amortização

	Consolidado	
Depreciação e Amortização	31/12/10	31/12/09
Quota de depreciação e amortização no exercício	484.785	411.891
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	(649)	(4.387)
(-) Crédito PIS/COFINS	(9.615)	(13.988)
Depreciação e Amortização residual no resultado	474.521	393.516

e) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado	
Outros custos e despesas Operacionais	31/12/10	31/12/09
Seguros	7.919	7.376
Doações e contribuições	4.947	3.733
Recuperação de despesa	(18.356)	(20.004)
Transporte	264	171
Publicações e avisos de desligamentos	32	784
Órgãos de classe do Setor Elétrico	4.303	3.680
Despesas de viagem	8.707	7.246
Consumo próprio e energia elétrica	12.166	12.387
Programa Emergencial de Redução do	-	-
Propaganda e publicidade	9.592	6.922
Processo cível	21.402	18.971
Processo fiscal	106	1.036
Alimentação	1.526	663
Multas ANEEL	-	10.770
Desembolso a compartilhada	-	-
Encerramento de ordem em curso	1.536	1.067
Outros	36.364	19.694
Total	90.509	74.495

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	
Receita Financeira	31/12/10	31/12/09
Renda de aplicações financeiras	319.360	258.188
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	159.007	139.844
Variação monetária	124.884	64.985
Variação cambial	59.105	120.453
Operações Swap	56.403	43.178
Outras receitas financeiras	130.093	100.230
Total	848.853	726.878

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Consolidado	
Despesa Financeira	31/12/10	31/12/09
Encargos de dívida	(376.476)	(307.374)
Variação monetária	(111.259)	(68.145)
Variação cambial	(42.503)	(15.670)
Operações Swap	(110.073)	(165.086)
Juros sobre capital próprio a pagar	-	(154)
Outras despesas financeiras	(130.509)	(118.314)
Total	(770.820)	(674.743)

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montatnte desta participação no consolidado foi de R$ 38.688 (R$ 61.046 em 31 de dezembro de 2009), a qual é considerado o benefício de curto prazo. A companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			Controladora					
			31/12/10			31/12/09		31/12/09
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(1)	AFAC	1.694	-	-	1.694	-	-
		Dividendos e JSCP	23.570	-	-	601.368	-	-
		Outros	11	-	-	11	-	-
		Total Coelba	25.275	-	-	603.073	-	-
CELPE		Dividendos e JSCP	18.992	-	-	-	-	-
		Total Celpe	18.992	-	-	-	-	-
COSERN		Dividendos e JSCP	7.409	-	-	-	-	-
		Total Cosern	7.409	-	-	-	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos e JSCP	5.636	-	-	103.193	-	-
		Outros	2	1	-	-	-	-
		Total Termopernambuco	5.638	1	-	103.193	-	-
TERMOAÇU	(2)	Contrato de Mutuo	-	-	-	33.536	-	-
		Outros	-	-	-	1	-	-
		Total Termoaçu	-	-	-	33.537	-	-
ITAPEBI		Dividendos e JSCP	9.246	-	-	-	-	-
		Outros	2	-	-	-	-	-
		Total Itapebi	9.248	-	-	-	-	-
GERAÇÃO CIII	(1)	AFAC	4.770	-	-	-	-	-
		Contrato de Mutuo	13.778	-	-	-	-	-
		Dividendos e JSCP	2.339	-	-	-	-	-
		Outros	13	-	-	-	-	-
		Total Geração CIII	20.901	-	-	-	-	-
NC ENERGIA		Dividendos e JSCP	10.239	-	-	-	-	-
		Outros	4	-	-	-	-	-
		Total NC Energia	10.243	-	-	-	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(1)	AFAC	1.587	-	-	-	-	-
		Dividendos e JSCP	23	-	-	-	-	-
		Total Neoenergia Seviços	1.610	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

GARTER		AFAC	2	-	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	-	-	-
		Total Garter	2	-	-	-	-	-
BAGUARI I		Dividendos e JSCP	1.370	-	-	-	-	-
		Outros	6	-	-	-	-	-
		Total Baguari	1.376	-	-	-	-	-
BAHIA PCH I	(1)	AFAC	41.893	-	-	-	-	-
		Contrato de Mutuo	16.778	-	-	-	-	-
		Dividendos e JSCP	2.951	-	-	-	-	-
		Outros	1	-	-	-	-	-
		Total Bahia PCH I	61.623	-	-	-	-	-
BAHIA PCH II	(1)	AFAC	878	-	-	-	-	-
		Outros	8	-	-	-	-	-
		Total Bahia PCH II	886	-	-	-	-	-
BAHIA PCH III		Outros	2	-	-	-	-	-
		Total Bahia PCH III	2	-	-	-	-	-
RIO PCH I		Dividendos e JSCP	102	-	-	-	-	-
		Outros	10	-	-	-	-	-
		Total Rio PCH	112	-	-	-	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Outros	96	-	-	-	-	-
		Total Neoinvest	96	-	-	-	-	-
GOIAS SUL	(1)	AFAC	73.618	-	-	-	-	-
		Outros	5	-	-	-	-	-
		Total Goiás Sul	73.622	-	-	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(1)	AFAC	3.825	-	-	-	-	-
		Outros	139	-	-	-	-	-
		Total Geração Ceu Azul	3.964	-	-	-	-	-
SE NARANDIBA		Outros	2	-	-	-	-	-
		Total SE Narandiba	2	-	-	15.922	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	2	-	-	-	-	-
		Total Alto do Rio Grande	2	-	-	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos e JSCP	2.023	-	-	-	-	-
		Outros	5	-	-	-	-	-
		Total Afluente Geração	2.028	-	-	-	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos e JSCP	4.032	-	-	-	-	-
		Total Afluente Transmissão	4.032	-	-	-	-	-
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES		Dividendos e JSCP	1.374	-	-	-	-	-
		Outros	584	-	-	-	-	-
		Total Belo Monte Part.	1.957	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

			Consolidado					
			31/12/10			31/12/09		31/12/09
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Energia S.A	(4)	Dividendos e JSCP	-	36.797	(167.752)	-	147.450	(168.863)
		Seviços Prestados	-	-	-	34	148	(19.175)
		Total Iberdrola Energia S.A.	-	36.797	(167.752)	34	147.598	(188.038)
521 Participações S.A.		Dividendos e JSCP	-	16.913	(77.103)	-	47.258	(76.056)
		Outras	-	135	(54)	-		
		Total 521 Participações	-	17.048	(77.157)	-	47.258	(76.056)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos e JSCP	-	24.690	(95.678)	-	63.732	(94.379)
		Seviços Prestados	-	-	-	-	-	-
		Total Previ / Banco do Brasil	-	24.690	(95.678)	-	63.732	(94.379)
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(5)	Dividendos e JSCP	-	8.311	(37.889)	-	12.145	(37.374)
		Total BB-BI	-	8.311	(37.889)	-	12.145	(37.374)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Dividendos e JSCP	-	7.200	(27.902)	-	15.776	(27.523)
		Seviços Prestados	-	-	-	-	-	-
		Total BB Ações Price	-	7.200	(27.902)	-	15.776	(27.523)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Dividendos e JSCP	-	6.144	(23.810)	-	13.462	(23.486)
		Seviços Prestados	-	-	-	-	-	-
		Total BB Carteira Livre I	-	6.144	(23.810)	-	13.462	(23.486)
Amara Brasil	(3)	Seviços Prestados	-	190	(2.963)	-	377	(2.920)
		Total Amara	-	190	(2.963)	-	377	(2.855)
Iberdrola Generation		Seviços Prestados	-	-	-	-	117	(16.242)
		Total Iberdrola Generacion	-	-	-	-	117	(16.242)
Faelba		Constituição Patronal	-	-	-	-	-	(689)
		Total Faelba	-	-	-	-	-	(689)
Celpos		Contrato de Mútuo					152.533	(6.825)
		Outras	-	-	-	-	45.348	(4.073)
		Total Celpos	-	-	-	-	197.881	(10.898)

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(2) Refere-se à operação de mútuo efetuada em 01 de dezembro de 2004, atualizado pelo IGP-M, ao adiantamento para futuro aumento de capital e à assunção das dívidas da Termoaçu com empresas do Grupo conforme Termo de Compromisso assinado entre os Sócios.

(3) Refere-se à administração e logística de almoxarifado prestado pela Amara às controladas do grupo Neoenergia, corrigido anualmente pela IPCA, com diversos contratos com vigência até 2011.

(4) Refere-se ao acordo de serviços de operação e manutenção – "O&M" da controlada Termopernambuco, com ajuste anual com base na variação do IGP-M.

(5) Ref. ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas cm partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é R$ 5.246 (R$ 4.193 em 31 de dezembro de 2009) na controladora e no consolidado nos montante de R$ 13.776 (R$ 13.119 em 31 de dezembro de 2009), o qual é considerada benefício de curto

Notas Explicativas

prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

  - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

  - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/10		31/12/09	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.391.601	3.391.601	2.629.642	2.629.642
Títulos e valores mobiliários	447.371	447.371	337.240	337.240
Títulos a receber (a)	2.999.936	2.999.936	2.654.678	2.654.678
Fundos Vinculados	29.418	29.418	22.547	22.547
Passivo				
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(365.074)	(365.074)	-	-
Demais Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.380.228)	(3.380.228)	(2.810.096)	(2.810.096)
Debêntures em moeda nacional	(1.662.068)	(1.657.910)	(1.816.985)	(1.805.882)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(263.097)	(263.097)	(293.999)	(293.999)
Instrumentos financeiros derivativos	(96.688)	(96.688)	(113.497)	(113.497)

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de “hedge” são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Os contratos de derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

					Valores de Referência						Efeito 31/12/10
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	12/01/01	22/03/11	USD + 3,446% a.a.	USD 535	USD 0	R$ 1.040	R$ 3.209	1.215	3.969	
Passiva				CDI - 6% a.a.			R$ -	R$ -	2.384	7.116	
									(1.169)	(3.147)	(279)
Swap											
Ativa	Bancos ABN AMRO e Citibank	11/07/06 e 26/06/09	26/06/13	USD 6M LIBOR + 1%a.a.	USD 150.000	USD 0	R$ 301.017	R$ 317.315	240.533	256.097	
Passiva				106,75% e 107,25% do			R$ -	R$ -	301.398	317.644	
									(60.865)	(61.547)	(43.451)
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a.	USD 7.012	USD 0	R$ 21.191	R$ 28.779	20.804	25.588	
Passiva				IGPM + 13,95% a.a			R$ -	R$ -	69.422	75.059	
									(48.618)	(49.471)	(11.352)
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	USD 0	USD 0	R$ 901	R$ 990	829	990	
Passiva				72,5% do CDI			R$ -	R$ -	901	961	
									(72)	29	(72)
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	USD 0	USD 0	R$ 6.680	R$ 8.516	6.084	8.516	
Passiva				92% do CDI			R$ -	R$ -	6.681	7.877	
									(597)	639	(597)
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,149 a.a	USD 0	USD 0	R$ 320.128	R$ -	332.745	-	
Passiva				99,5% do CDI			R$ 154.899	R$ -	318.112	-	
									14.633	-	13.800
Total									(96.688)	(113.497)	(41.951)

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
- Risco de Variação Cambial

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2010, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

- Coelba

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 53.511 (R$ 118.448, resultado negativo em 31 de dezembro de 2009).

- Celpe

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 10.328 (R$ 6.880, resultado negativo em 31 de dezembro de 2009).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
2010	8,64%	455	455
2009	3,38%	-316	-316

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de

Notas Explicativas

avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

		Efeitos	
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
2010			
Ativos Financeiros			
CDI	0,99	33.798	33.798
Passivos Financeiros			
CDI	0,99	-17.643	-17.643
TJLP	0	0	0
IGPM	-6,32	29.855	29.855
2009			
Ativos Financeiros			
CDI	0,66	15.358	15.358
Passivos Financeiros			
CDI	0,66	-8.335	-8.335
TJLP	0	0	0
IGPM	6,21	-21.198	-21.198
SELIC	-0,79	263	263

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- ✓ Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

- Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano.	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo/ Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

Notas Explicativas

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

35. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

	Vigência	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
COELBA	2010 a 2030	1.928.433	2.192.175	2.666.119	3.003.799	-	-
COSERN	2010 a 2042	557.764	638.176	612.922	560.262	571.731	9.058.899
CELPE	2009 a 2042	1.609.121	1.813.982	1.829.289	1.637.311	1.663.145	26.241.281

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010, e foram homologados pela ANEEL.

36. PLANOS PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

COELBA

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. No entanto, além da poupança individual, o FAELFLEX confere aos participantes benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Essa peculiaridade insere o FAELFLEX nas disposições contidas no CPC 33, no que tange à realização de cálculos atuariais.
O Plano nº 2 – BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

COSERN

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 5,73% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,67% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

CELPE

O Plano nº 1 – CELPOS CD, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada, e características de benefício definido, nos benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 2006 (que migraram do Plano BD). A parcela CD do plano CELPOS CD, por suas características de poupança individual (CD), não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. Já a parte de risco, referente ao pecúlio por invalidez ou morte, é atuarialmente calculada e de acordo com as definições da CVM 600, deve ser contabilizada como um benefício BD.

O Plano nº 2 – CELPOS BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram as seguintes:

	2010			2009		
	FAELBA	FASERN	CELPOS	FAELBA	FASERN	CELPOS
Custo do Imobilizado em Curso	2.845	335	147	778	345	379
Despesas Operacionais	5.094	558	7.610	5.664	(215)	10.882
Total	7.939	893	7.757	6.442	130	11.261

Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009 e CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	FAELBA			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais	4.237	4.582	234.587	244.706
Valor justo dos ativos do plano	1.832	1.861	365.643	344.865
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	2.405	2.721	(131.056)	(100.159)
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	(523)	(725)	18.400	2.328
Efeito do limite de Parágrafo 58(b) - Incluindo as recomendações do IFRIC 14			73.316	74.563
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	1.882	1.996	(39.340)	(23.268)

	FASERN			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais	489	501	59.753	60.802
Valor justo dos ativos do plano	712	414	93.084	89.215
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(223)	87	(33.331)	(28.413)
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	330	47	3.490	1.336
Efeito do limite de Parágrafo 58(b) - Incluindo as recomendações do IFRIC 14	-	-	25.479	25.025
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	107	134	(4.362)	(2.052)

	CELPOS			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais	879	996	687.038	714.500
Valor justo dos ativos do plano	2.088	1.237	446.178	438.320
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(1.209)	(241)	240.860	276.180
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos	1.607	705	61.528	43.191
Efeito do limite de Parágrafo 58(b) - Incluindo as recomendações do IFRIC 14	(293)	-	-	-
Passivo / (ativo) atuarial líquido total	105	464	302.388	319.371

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	FAELBA			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente (com juros, da contribuição do participante)	297	326	31	6
Juros sobre as obrigações atuarias	474	456	22.652	21.025
Rendimento esperado dos ativos do plano	(258)	(344)	(32.390)	(29.263)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidas	27	-	(5.068)	-
(-) Ganhos reconhecidos devido da redução no plano	-	-	-	-
(-) Ganhos reconhecidos devido ao impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	540	438	(16.022)	(12.362)
Rendimento efetivo dos ativos do plano	(695)	(1.533)	44.418	38.119

	FASERN			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente (com juros, da contribuição do participante)	44	49	-	-
Juros sobre as obrigações atuarias	53	43	5.661	5.301
Rendimento esperado dos ativos do plano	(44)	(32)	(8.424)	(7.407)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidas	-	-	-	(2.072)
(-) Ganhos reconhecidos devido da redução no plano	-	-	-	-
(-) Ganhos reconhecidos devido ao impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	53	60	(2.310)	(1.336)
Rendimento efetivo dos ativos do plano	215	13.170	9.111	11.254

	CELPOS			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente (com juros, da contribuição do participante)	137	241	1.427	2.467
Juros sobre as obrigações atuarias	122	146	74.542	73.975
Rendimento esperado dos ativos do plano	(179)	(122)	(52.465)	(45.952)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidas	(36)	-	-	-
(-) Ganhos reconhecidos devido da redução no plano	-	-	(10.342)	-
(-) Ganhos reconhecidos devido ao impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	(2.093)	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	44	265	11.068	30.490
Rendimento efetivo dos ativos do plano	439	73	58.836	64.223

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	FAELBA			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor das obrigações no início do ano	4.582	4.953	244.706	239.463
Custo do serviço corrente bruto	297	326	31	6
Juros sobre obrigação atuarial	474	456	22.652	21.025
Contribuição de participantes vertidas no ano	10	-	49	26
(Ganho)/perda atuarial	(1.126)	(1.153)	(9.113)	6.528
Benefícios pagos no ano	-	-	(23.738)	(22.342)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	4.237	4.582	234.587	244.706

	FASERN			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor das obrigações no início do ano	501	474	60.801	60.108
Custo do serviço corrente bruto	44	49	-	
Juros sobre obrigação atuarial	53	43	5.662	5.301
Contribuição de participantes vertidas no ano	2	1	-	-
(Ganho)/perda atuarial	(111)	(66)	(1.468)	439
Benefícios pagos no ano	-	-	(5.242)	(5.046)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	489	501	59.753	60.802

	CELPOS			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor das obrigações no início do ano	996	1.356	714.500	708.146
Custo do serviço corrente bruto	135	241	1.427	2.467
Juros sobre obrigação atuarial	122	146	74.542	73.975
Contribuição de participantes vertidas no ano	10	6	3.162	3.441
(Ganho)/perda atuarial	(677)	(753)	(14.712)	(24.920)
Benefícios pagos no ano	-	-	(51.118)	(48.608)
(-) Impacto da redução do plano	293	-	(9.690)	-
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	(31.075)	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	879	996	687.038	714.500

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	FAELBA			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor justo dos ativos no início do ano	1.861	2.755	344.865	329.009
Rendimento esperado no ano	258	344	32.391	29.263
Ganho (perda)/ atuariais nos ativos do plano	(953)	(1.877)	12.027	8.856
Contribuições da patrocinadora	654	639	50	53
Contribuições de participantes	11	-	49	26
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(23.738)	(22.342)
Valor justo dos ativos no final do ano	1.831	1.861	365.644	344.865

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

	FASERN			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor justo dos ativos no início do ano	414	320	89.215	83.007
Rendimento esperado no ano	44	32	8.425	7.407
Ganho (perda)/ atuariais nos ativos do plano	171	(19)	686	3.847
Contribuições da patrocinadora	80	80	-	-
Contribuições de participantes	2	1	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(5.242)	(5.046)
Valor justo dos ativos no final do ano	711	414	93.084	89.215

	CELPOS			
	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Valor justo dos ativos no início do ano	1.237	811	438.320	385.012
Rendimento esperado no ano	179	122	52.465	45.952
Ganho (perda)/ atuariais nos ativos do plano	260	(49)	6.371	18.272
Contribuições da patrocinadora	402	347	28.051	34.253
Contribuições de participantes	10	6	3.162	3.441
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(51.118)	(48.608)
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	-	(31.075)	-
Valor justo dos ativos no final do ano	2.088	1.237	446.177	438.320

A Deliberação CVM nº. 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese,o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2010 e 2009:

	No. 1 - CD		No. 2 - BD	
	2010	2009	2010	2009
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,77%	9,73%	9,73%	9,73%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,84%	11,84%	9,73%	9,73%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59%	6,59%	4,50%	4,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	Não aplicável	4,50%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	Não aplicável	Não aplicável	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média	Ligth-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na data da aposentadoria normal	benefício programado	Não aplicável	Não aplicável

Outros Benefícios

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Tanto na COELBA, COSERN E CELPE, além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, são oferecidas outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R$ 22.608 (R$ 21.378 em 2009) para COELBA, R$ 7.017 (R$ 6.330 em 2009) para COSERN e R$ 13.127 (R$ 17.590 em 2009)para CELPE.

37. **INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA	8.405.235	7.971.125	1.039.225	955.789	28.195	-	525.118	289.883	14.616	7.904	(1.062.353)	(995.176)	8.950.036	8.229.525
CUSTO DO SERVIÇO	(5.689.713)	(5.227.048)	(581.605)	(487.911)	(8.050)	-	(457.723)	(255.500)	(10.625)	(3.343)	1.062.353	995.176	(5.685.363)	(4.978.626)
LUCRO BRUTO	**2.715.522**	**2.744.077**	**457.620**	**467.878**	**20.145**	**-**	**67.395**	**34.383**	**3.991**	**4.561**	**(0)**	**-**	**3.264.673**	**3.250.899**
Despesas com vendas	(355.003)	(286.573)	-	(1.213)	-	-	-	-	-	-	-	-	(355.003)	(287.786)
Despesas gerais e administrativas	(366.744)	(285.766)	(29.817)	(26.358)	(601)	(14)	(9.188)	(9.703)	(22.822)	(19.225)	-	-	(429.174)	(341.067)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.213	1.779	1.696.078	1.744.689	(1.698.290)	(1.746.345)	0	123
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.340)			-	(5.340)
Amortização do Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.927)	(111.536)			(101.927)	(111.536)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	**1.993.775**	**2.171.738**	**427.803**	**440.307**	**19.544**	**(14)**	**60.420**	**26.459**	**1.575.319**	**1.613.149**	**(1.698.290)**	**(1.746.345)**	**2.378.570**	**2.505.294**
Receita financeira	541.160	461.422	52.072	34.943	1.797	-	6.123	8.552	247.701	221.961	-	-	848.853	726.878
Despesa financeira	(578.427)	(534.271)	(151.639)	(107.504)	(398)	(1)	(4.205)	(4.335)	(39.298)	(26.166)	3.147	(2.466)	(770.819)	(674.743)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**1.956.508**	**2.098.889**	**328.237**	**367.746**	**20.943**	**(15)**	**62.338**	**30.677**	**1.783.722**	**1.808.944**	**(1.695.143)**	**(1.748.811)**	**2.456.603**	**2.557.428**
Imposto de renda e contribuição social	(308.833)	(379.527)	(58.492)	(61.768)	(1.692)	5	(23.257)	(9.636)	263	22.933	-	-	(392.011)	(427.993)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**1.647.675**	**1.719.362**	**269.745**	**305.978**	**19.251**	**(10)**	**39.081**	**21.041**	**1.783.985**	**1.831.877**	**(1.695.143)**	**(1.748.811)**	**2.064.592**	**2.129.435**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	(286.611)	(299.164)	(286.608)	(299.164)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**1.647.675**	**1.719.362**	**269.745**	**305.978**	**19.251**	**(10)**	**39.081**	**21.041**	**1.783.988**	**1.831.877**	**(1.981.754)**	**(2.047.975)**	**1.777.984**	**1.830.272**
Informações suplementares:														
Ativos totais	10.555.042	9.760.812	4.148.460	3.995.719	137.200	105.697	153.284	73.592	10.851.376	9.372.242	(6.255.276)	(5.968.116)	19.590.086	17.339.946
Passivos totais	5.907.048	5.576.321	2.449.400	2.344.468	42.380	16.669	108.936	30.531	211.965	212.823	(386.132)	(719.135)	8.333.598	7.461.679

38 QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia e suas controladas pautam sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental e vem garantindo a melhoria do Sistema de Gestão Ambiental – SGA, criado em 2005 cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Em 2010, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

Manejo da Vegetação – Projeto voltado para a melhoria da arborização urbana e rural, através da qualificação de equipes que realizam a atividade de poda de árvores com módulos de técnicas de poda, ferramental adequado, planejamento da arborização urbana, incentivo ao plantio de espécies adequadas na via urbana e legislação ambiental, realizado em parceria com as Prefeituras Municipais. Foi elaborada a 2ª edição do Guia de Manejo da Arborização Urbana da Coelba.

Mapeamento de Ruído nas Subestações - Como uma das ações do SGA, foi realizado o mapeamento de ruído ambiental com avaliações pontuais nas áreas externas e internas das subestações da Coelba, existentes em todo o Estado da Bahia. Os resultados obtidos destas medições demonstraram que todas as subestações da Coelba, existentes no estado da Bahia estão de acordo com os parâmetros de avaliação definido pela NBR 10151: 2000 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, visando o conforto da comunidade, garantindo assim a melhoria contínua do SGA.

Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

Projeto de Educação Ambiental Ecotrilha (PEA) - O Projeto Ecotrilha em parceria com a Faculdade Área1 e Odebrecht, voltado para crianças, jovens e adultos de escolas e instituições públicas e particulares, tem o propósito de trabalhar com os visitantes a importância da questão ambiental em nosso dia a dia, visando conservação da fauna, flora mananciais hídricos, a biodiversidade e os remanescentes de Mata Atlântica.

Projeto Taboarte - Visa o desenvolvimento sustentável do artesanato de taboa em Maracangalha, município de São Sebastião do Passé, realizado em parceria com o Sebrae, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e a Prefeitura de São Sebastião do Passé.

Projeto Despertar – Projeto desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, para desenvolver o Programa Socioambiental em 50 municípios baianos para a rede de ensino de escolas na área rural.

Gestão Sustentável de Resíduos – Diversas ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, a exemplo de:

- Projeto Logisverde - reutilização de carretéis de madeira proveniente da aquisição de condutores usados nas redes e linhas da Coelba;

- Descarte de Lâmpadas Fluorescentes - coleta e descontaminação de lâmpadas fluorescentes queimadas de suas instalações, oferecendo este serviço aos seus colaboradores, para as comunidades de baixa renda que fazem parte do programa de eficiência energética da Companhia, e para o Centro Administrativo do Estado da Bahia, através de um convênio firmado entre a concessionária e o governo do Estado.

Notas Explicativas

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- Coleta de Óleo Residual - com a Comanche Clean Energy que consiste em coletar o óleo residual produzido nas casas dos colaboradores e nos dois restaurantes da empresa para ser reciclado e reutilizado no processo de produção de biodiesel.

A Companhia realiza ainda investimentos voltados à conservação do meio ambiente, que se encontram inseridos nos Projetos e Programas de Investimentos, e que tem por motivadores os "condicionantes ambientais", que correspondem a compensações que devem ser realizados quando da execução dos projetos, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente.

	Ativo		Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Recursos aplicados	97.729	97.890	28.804	13.942

Proposta de Orçamento de Capital

PLANO DE INVESTIMENTO
Revisão ano 2011/2012

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

Índice

REALIZAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO 2004/2010 3
1) Leilões de Transmissão 4
2) Leilões de Geração 4
3) PCH com energia não comercializada em leilões 5
4) Empreendimentos em operação 6
PROJETOS PARA 2011 6
(i) PCH com projetos próprios 6
(ii) PCH com projetos a serem adquiridos de terceiros 7
(iii) PCH Estudos de inventários de rios 7
(iv) Usinas Hidroelétricas (UHE) 7
(v) Usinas Eólicas 8
(vi) Transmissão 8
(vii) Distribuição 8
CONCLUSÃO 9

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

A Lei n º 6.404/76, alterada pela Lei n º 10.303/2001 determina em seu artigo 196 que *"a assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Parágrafo 1º – O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Parágrafo 2º – O orçamento poderá ser aprovado na assembléia geral que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado, anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social."*

Em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, a Neoenergia efetuou retenção de R$ 209,9 milhões, R$ 545,1 milhões, R$ 614,5 milhões, R$ 827,5 milhões, R$ 914,2 milhões e R$ 1.223,5 milhões do seu lucro líquido, respectivamente, para efetuar investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica e/ou efetuar aquisição de empresas de distribuição de energia elétrica. O registro dessa reserva no patrimônio líquido esta na conta contábil de Reserva de Retenção de Lucros no valor total de R$ 3.970,3 bilhões em 31 de dezembro de 2009.

Nos anos de 2005, 2006 e 2007 a Neoenergia adquiriu a concessão das UHE's Baguari, Corumbá III e Dardanelos e a autorização das PCH's Goiandira, Nova Aurora, Pirapetinga e Pedra do Garrafão e Sítio Grande. Essas UHE's e PCH's demandaram investimentos da ordem de R$ 1,9 bilhão tendo a Neoenergia participação de no mínimo 51% e no máximo 100%. Ainda em 2007, a Neoenergia adquiriu a autorização das PCH´s Palmeiral, Jatobá e Alto do Rio Grande. Em 2008 a Neoenergia adquiriu a concessão da UHE Baixo Iguaçu, que demandará investimentos da ordem de R$ 1,5 bilhão, tendo a Neoenergia 90% de participação. Adquiriu ainda a concessão da subestação Narandiba, localizada em Salvador, com investimento de R$ 50 milhões. Em 2009, não houve leilão de usinas hidrelétricas, e apesar da participação da Neoenergia em processos estruturados de venda de ativos, o retorno pago pelos competidores não foi compatível com o exigido por seus acionistas. Em 2010 a Neoenergia ingressou no grupo Norte Energia, que implantará a UHE Belo Monte, com 11.233 MW, tendo participação de 10% no investimento global de cerca de R$ 25 bilhões. Também conquistou a concessão da UHE Teles Pires, com 1.820 MW, no leilão A-5, e participação de 50,1%, e que demandará investimentos da ordem de R$ 3,6 bilhões. Ainda em 2010, por meio de *joint venture* criada com a Iberdrola Renováveis, conquistou no leilão de Fontes Alternativas (LFA), 9 parques eólicos situados nos estados da Bahia (2) e Rio Grande do Norte (7), num total de 258 MW, e 1 parque de 30 MW na Bahia que terá sua energia comercializada no mercado livre. Os 10 empreendimentos eólicos demandarão investimentos da ordem de R$ 1 bilhão, com 50% de participação da Neoenergia.

Em 2010, a Administração da Neoenergia está propondo a retenção de R$ 844,5 milhões do seu lucro líquido para dar continuidade aos projetos em andamento e aos novos projetos de investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica e, eventualmente, em alguma aquisição na área de distribuição de energia elétrica.

REALIZAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO 2004/2010

Durante os anos de 2005 a 2010, o Governo Federal, através da ANEEL, realizou licitações, sob a forma de leilão, para:

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

1) a Contratação das Concessões para a Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, a Operação e a Manutenção das Instalações de Transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

2) a Outorga do Direito de Exploração do Aproveitamento Hidrelétrico e Contratação de Energia Proveniente dos Novos Empreendimentos, para o Sistema Interligado Nacional – SIN, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

3) a contratação de energia proveniente de Fontes Alternativas de Geração, específico para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e empreendimentos de geração que tenham como fontes biomassa e eólica, para o Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

1) Leilões de Transmissão

A Neoenergia participou de diversos leilões de transmissão promovidos pela ANEEL, efetuando oferta de construção, montagem, operação e manutenção de linhas de transmissão de 230 kV e 500 kV e de subestações.

Em 2008 a Neoenergia arrematou a concessão do lote E do Leilão de Transmissão nº 006/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizado em 3/10/2008 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O lote E prevê a construção de instalações de transmissão compostas pela Subestação Narandiba, em 230/69 kV, no estado da Bahia. A previsão de entrada em operação comercial do empreendimento é de 24 meses e sua implementação visa reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador.

O nível de retorno demonstrado pelos deságios oferecidos nos demais leilões em que a Neoenergia participou desde 2005 faz com que a Neoenergia não seja competitiva. Estima-se que a estrutura verticalizada, que permite as construtoras estrangeiras obterem retorno também na construção e em prazo mais curto, e às baixas taxas de retorno que vem sendo aplicadas pelos competidores tornem esses leilões ainda não rentáveis para a Neoenergia.

2) Leilões de Geração

Nos leilões de Geração, conforme previsto nos planos de investimento dos anos anteriores, a Neoenergia obteve êxito na aquisição dos seguintes empreendimentos, em parceria ou isoladamente:

UHE Baguari: Usina de 140 MW de potência instalada nominal, situado no rio Doce. Participação: Neoenergia (51%), Cemig (34%) e Furnas (15%). Consórcio Construtor: CNO e Voight Siemens. Entrou em operação comercial em 2009.

PCH's Goiandira e Nova Aurora: adquiriu junto a Perfomance Centrais Hidrelétricas a autorização para a construção das PCH's localizadas no Rio Veríssimo, no Estado de Goiás, totalizando 48 MW de potência instalada. Participação: 100% Neoenergia. Consórcio Construtor EIT e Energ Power. Entraram em operação comercial em 2010.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

PCH's Pirapetinga e Pedra do Garrafão: adquiriu junto a Perfomance Centrais Hidrelétricas a autorização para a construção das PCH's localizadas no Rio Itabapoana, no Estado de Goiás, totalizando 34 MW de potência instalada. Participação: 75% Neoenergia e Performance 25%. O Consórcio Construtor CNO e Hisa. Entrou em operação comercial em 2009.

Dardanelos: projeto localizado no Rio Aripuanã, a cerca de 900 km de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, com 261 MW de potência instalada. Participação: Neoenergia (51%), Eletronorte (24,5%) e Chesf (24,5%). Consórcio construtor CNO e Voight Siemens. Entrará em operação comercial em 2011.

Corumbá III: projeto localizado no Rio Corumbá III, no estado de Goiás, com potência instalada de 93,60 MW. Participação: Neoenergia (60%), CEB (15%), CELG (15%) e EIT/Energ Power (10%). Consórcio construtor EIT e Energ Power. Entrou em operação comercial em 2009.

SE Narandiba: projeto localizado em Salvador, no estado da Bahia. Participação de 100% da Neoenergia. Construtor ABB. Entrará em operação comercial em 2011.

UHE Baixo Iguaçu: projeto localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná, com potência instalada de 340 MW. Participação: Neoenergia (90%) e Desenvix (10%). Consórcio construtor CNO e Voith Siemens. Contrato de concessão ainda não assinado.

UHE Belo Monte: projeto localizado no Rio Xingu, no estado do Pará, com potência instalada de 12.233 MW. Participação: Neoenergia (10%), Chesf (15%), Eletronorte (19,98%), Eletrobrás (15%), Petros (10%) e outros (30,02%). Consórcio construtor: CCCC, AG, CNO, QG, OAS, Alston, Vatech, Voith Siemens, Impsa e outros.

UHE Teles Pires: projeto localizado no Rio Teles Pires, na fronteira dos estados do Mato Grosso e Pará, com potência instalada de 1.820 MW. Participação: Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e CNO (0,9%). Consórcio construtor CNO, Alston e Voith Siemens.

UEE´s Caetité 1,2 e 3 , localizadas na Bahia, com 90 MW (3 x 30 MW); UEE´s Calango 1,2,3,4 e 5, com 150 MW (5 x 30 MW) e UEE´s Mel 2 (20 MW) e Arizona 1(28 MW) localizadas no Rio Grande do Norte. Participação: Neoenergia (50%), Iberdrola Renováveis (50%), EPCista: Gamesa.

3) PCH com energia não comercializada em leilões

A Neoenergia adquiriu as autorizações das seguintes PCH´s para venda da energia no mercado livre.

Sítio Grande: projeto localizado no Rio das Fêmeas, no estado da Bahia, com potência instalada de 25 MW com 100% de participação da Neoenergia. Consórcio construtor EIT e Vatech. Entrou em operação comercial em 2010.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

Palmeiral e Jatobá: projeto localizado no Rio Grande, no estado da Bahia, com potência instalada de 11 MW e 10,6 MW, respectivamente, com 100% de participação da Neoenergia. Os empreendimentos encontram-se em fase de elaboração de EIA/RIMA para obtenção da licença ambiental.

Alto do Rio Grande: projeto localizado no Rio Grande, no estado de Minas Gerais, com potência instalada de 27,9 MW com 100% de participação da Neoenergia. O empreendimento encontra-se em fase de obtenção da licença ambiental.

4) Empreendimentos em operação

Em 2008 a Neoenergia assinou contrato de compra e venda das PCH´s Areia e Água limpa, localizada no Rio Palmeiras, no estado do Tocantins. As obras das PCH´s continuam em andamento e deveriam entrar em operação comercial em setembro de 2010. Devido a atrasos de implantação e os riscos relativos a continuidade do PPA, a Neoenergia não exerceu seu direito de compra das PCH´s.

Em 2007 a Neoenergia assinou contrato de compra e venda das empresas RS Energia e SC Energia, adquirindo 51% das ações das empresas, responsáveis pela operação e manutenção das linhas de transmissão Campos Novos (SC) - Blumenau (SC), Campos Novos – Nova Santa Rita (RS), ambas em 500 kV e SE Biguaçu (500/230 kV). O valor total da aquisição em 30.11.2007 foi de R$ 106 milhões para a SC Energia e R$ 51,5 milhões para a RS Energia. A Eletrosul exerceu o direito de preferência em fevereiro de 2008, ficando com o empreendimento.

No ano de 2009, em consórcio com a Cemig, foi negociada a aquisição da Terna S/A, porém por decisão do Conselho de Administração a Neoenergia não foi adiante no processo, sendo a aquisição efetuada pela Cemig em conjunto com alguns investidores institucionais.

No ano de 2010, a Neoenergia assinou promessa de compra e venda com a Iberdrola para a aquisição da empresa de cogeração Energy Works, que possui 6 plantas em operação, totalizando 93,3 MW de capacidade e 407 t de vapor. A finalização da operação esta sujeita a aprovação da ANEEL.

PROJETOS PARA 2011

A Neoenergia encontra-se desenvolvendo novos projetos de geração e transmissão de energia elétrica divididos nas seguintes áreas: (i) PCH com projetos próprios, (ii) PCH com projetos adquiridos de terceiros, (iii) PCH - Estudos de Viabilidade, (iv) UHE's, (v) Usinas eólicas (UEE´s), em conjunto com Iberdrola Renováveis; (vi) linhas de transmissão e (vii) empresas de distribuição.

(i) PCH com projetos próprios

A Neoenergia vem desenvolvendo estudos de duas PCH's localizadas no Estado da Bahia com potência instalada estimada de 36 MW e investimento previsto de R$ 216 milhões. Os projetos destas PCH's foram desenvolvidos originariamente da IBENBRASIL,

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

controlada da antiga Guaraniana, extinta em 2004. Os projetos possuem o inventário do rio arquivado na ANEEL e estão em fase de desenvolvimento do projeto básico e obtenção da licença prévia. A expectativa é de obtenção das autorizações da ANEEL em 2012, quando estará definida a melhor forma de comercialização de energia, que pode ser através de leilão de geração, venda para consumidor livre ou venda para a Coelba via geração distribuída.

	Total			Neoenergia	
Empreendimento	MW	Investimento (R$ MM)	Participação	MW	Investimento (R$ MM)
Licurioba	12.0	72	100%	12.0	72
Embassador	24.0	144	100%	24.0	144
Total	46.0	216		36.0	216

(ii) PCH com projetos a serem adquiridos de terceiros

A Neoenergia vem analisando oportunidades de obtenção de projetos de PCH's nas regiões Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Estes projetos encontram-se em fases distintas, alguns tendo autorização da ANEEL e/ou licença ambiental e energia comercializada e outros apenas com inventário do rio e/ou projeto básico.

(iii) PCH Estudos de inventários de rios

Com a mudança da regulamentação em dez08, abriu-se uma nova oportunidade para empreendedores do porte da Neoenergia (anteriormente, a legislação limitava a acesso). Desta forma, estão sendo identificados rios e eventuais parceiros com potencial atrativo para realização de estudos de inventário, com o objetivo de desenvolvimento de projetos básicos para posterior obtenção das autorizações sem ser necessário o pagamento de prêmios para sua aquisição. Inicialmente, já foi assinado acordo com a RENOVA para desenvolvimento do estudo do rio Corrente, localizado no estado da Bahia. Também está em negociação, acordo para desenvolvimento de estudos do rio Corumbá, localizado no estado de Goiás.

(iv) Usinas Hidroelétricas (UHE)

Devido à falta de projetos ofertados pela EPE, a Neoenergia resolveu por desenvolver um plano de médio prazo para estudar projetos de UHE´s no Brasil. Para tanto, entrou em diversas parcerias para efetuar estudo de inventário de rios e de viabilidade de UHE´s.

Conforme demonstrado abaixo, estes estudos totalizam para Neoenergia 2.687 MW de potência instalada e, caso viabilizados, previsão de investimentos de R$ 11,6 bilhões.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

	Localização	Potência (MW)	Investimento (R$mil)	Participação	Potência(MW)	Investimento (R$mil)
Cachoeira do Caldeirão	AP	220	990.000	51%	112	504.900
Itapiranga	RS/SC	725	2.900.000	51%	370	1.479.000
Davinópolis	GO/MG	74	444.000	51%	38	226.440
Paraíso	GO	31	217.000	51%	16	110.670
Travessão	MG	38	266.000	51%	19	135.660
Viradouro	SP	63	378.000	51%	32	192.780
Banharão	SP	67	402.000	51%	34	205.020
Jequitinhonha	MG	500	3.000.000	51%	255	1.530.000
Jamanxim	PA	881	3.083.500	51%	449	1.572.585
Cachoeira dos Patos	PA	528	2.112.000	51%	269	1.077.120
Foz do Apiacás	MT	275	1.072.500	51%	140	546.975
Barra do Pomba	RJ	80	440.000	51%	41	224.400
Água Limpa	MT	320	1.300.000	51%	163	663.000
SINOP	MT	400	1.840.000	51%	204	938.400
São Manoel	MT/PA	746	2.800.000	51%	380	1.428.000
Pedra Branca	PE/BA	320	1.440.000	51%	163	734.400
		5.268	22.685.000		2.687	11.569.350

Ressalte-se que da lista acima, 3 empreendimentos deverão ir a leilão em 2011; Sinop, São Manoel e Foz do Apiacás, e a Neoenergia tem a intenção de participar do processo licitatório em parceria em ambas as usinas, representado um potencial investimento total de R$ 5,5 bilhões, sendo cerca de 30% de equity, a ser despendido ao longo de 48 meses.

(v) Usinas Eólicas

A Neoenergia vem analisando oportunidades de obtenção de projetos de UEE's na região Nordeste Estes projetos encontram-se em fases distintas, alguns em operação, leiloados ou em fase de desenvolvimento.
Destaca-se que esta fonte de geração tem a característica de rapidez no desenvolvimento e na obtenção de licenças ambientais, sendo um segmento bastante promissor no país.

(vi) Transmissão

Apesar do segmento ser extremamente competitivo, a Neoenergia vem analisando oportunidades de adquirir projetos nos próximos leilões de transmissão, tendo a expectativa que ocorram dois ou três leilões anualmente. Devido às sinergias existentes, o foco principal da Neoenergia será nas linhas de transmissão e subestações de 230 kV localizadas na área de concessão das distribuidoras do Grupo e conexões com os parques eólicos a serem implantados. Adicionalmente, a Neoenergia vem analisando a possibilidade de aquisição de linhas de transmissão já construídas e em fase de operação comercial.

(vii) Distribuição

A Distribuição no setor elétrico mundial é orientada por ganhos de escala, ou seja, concentração de ativos nas mãos de poucos investidores. Nos próximos anos existe a expectativa de aquisições/fusões na área de distribuição de energia elétrica do Brasil.

Proposta de Orçamento de Capital

NEOENERGIA S/A
PLANO DE INVESTIMENTO 2011/2012

CONCLUSÃO

O ano 2010 deve ser destacado com o de maior conquista de projetos, consolidando a presença da Neoenergia no setor elétrico brasileiro no segmento de geração. Quando da implantação dos projetos, a empresa se tornará a 2ª maior geradora privada do Brasil.

A Neoenergia adquiriu a concessão e autorização para construir UHE´s, UEE´s, PCH's e empresa de cogeração com investimento total no valor de R$ 8,5 bilhões, alcançando assim o montante esperado nos Planos de Investimentos de 2004 a 2010.

A empresa possui no balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2010 o montante de aproximadamente R$ 3,4 bilhões em disponibilidade e uma forte expectativa de geração de caixa para os próximos anos.

A Administração da Neoenergia reitera sua intenção de adquirir novos empreendimentos motivo pelo qual propõe a destinação de R$ 844,5 milhões do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2010 para a reserva de retenção de lucros.

Tendo em face que os estudos de viabilidade serão concluídos entre o biênio 2011/2012, e a construção das usinas terão prazo de 3 a 8 anos, o plano de investimento da Neoenergia poderá ser estendido por prazo superior a 5 anos.

A Administração

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração **da Neoenergia S.A.,** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2010, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Neoenergia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)mitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Neoenergia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado

Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, correspondendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social.

Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, opina este Conselho no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas a apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Terco referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Diretor Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Emilio Schneider

Diretor Executivo de Geração

Gonzalo Gomez Alcântara

Diretor Executivo de Distribuição

Lady Batista de Morais

Diretora Executiva de Recursos Humanos

Paulo Roberto Dutra

Diretor Executivo de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora Executiva de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Terco referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Diretor Presidente

Erik da Costa Breyer

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Enio Emilio Schneider

Diretor Executivo de Geração

Gonzalo Gomez Alcântara

Diretor Executivo de Distribuição

Lady Batista de Morais

Diretora Executiva de Recursos Humanos

Paulo Roberto Dutra

Diretor Executivo de Planejamento e Controle

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora Executiva de Regulação

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Inclusão do Parecer do Conselho fiscal